

RELATÓRIO E CONTAS
AEGON SANTANDER PORTUGAL

NÃO VIDA | 2019



SEGUROS NÃO VIDA

RELATÓRIO
E CONTAS

**AEGON
SANTANDER
PORTUGAL
NÃO VIDA
2019**



SENHORES ACIONISTAS

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.

ÍNDICE

01	Relatório do Conselho de Administração	7
01.01	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	8
01.02	Governança da Sociedade	10
	Estrutura e Modelo de Governo	10
	Estrutura Acionista	13
	Órgãos Sociais	14
	Código de Conduta	14
	Política de Remunerações	15
01.03	Enquadramento da Atividade	16
	Cenário Macroeconómico	16
	Mercado de Seguros em Portugal	26
01.04	Análise de Gestão	29
	Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno	29
	Síntese de Indicadores	30
	Atividade Comercial	31
	Gestão de Ativos	31
	Custos e Gastos por Natureza a Imputar	32
	Recursos Humanos e Formação	32
	Capital Próprio e Solvência	33
01.05	Perspetivas para 2020	34
01.06	Proposta de Aplicação de Resultados	34
01.07	Nota Final	35
02	Demonstrações Financeiras e Anexo	37
03	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	101
04	Certificação Legal de Contas	107



CRESCIMENTO

CRESCIMENTO

TALENTO

OTIMISMO

CRESCIMENTO

TALENTO

TALENTO

TALENTO



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

01.01

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

01.02

Governança da Sociedade

01.03

Enquadramento da Atividade

01.04

Análise de Gestão

01.05

Perspetivas para 2020

01.06

Proposta de Aplicação de Resultados

01.07

Nota Final

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

Em 2019, a Aegon Santander Portugal completou 5 anos de atividade operacional e já somos um Grupo segurador de referência e pretendemos reforçar este posicionamento no futuro através das nossas soluções inovadoras.

Desde a fundação da Aegon Santander Portugal, entre mudanças constantes, a nossa estratégia evoluiu, mas o nosso compromisso com os nossos clientes mantém-se inalterado: proteger as pessoas, cuidar daquilo que lhes é mais precioso – saúde, família e bens.

Assim desde o início da atividade operacional em janeiro de 2015, a Aegon Santander Portugal Não Vida, teve o reconhecimento e a confiança do mercado, traduzindo-se num crescimento ao longo dos 5 anos, atingindo os 384 milhares de contratos em vigor no final de 2019.

Em 2019, verificou-se um crescimento de 14% das apólices em vigor, para o qual contribuiu a unidade de negócio composta por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral comercializadas pela Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. adquirida no final de 2018 e incorporada em setembro de 2019.

Uma gestão de capital eficiente mantém-se um elemento distintivo da nossa companhia. Temos um *portfolio* de investimentos conservador e um balanço bem capitalizado, com significativa flexibilidade financeira. A forte posição de capital e liquidez assegura estabilidade durante períodos de mercado voláteis, permitindo-nos aproveitar oportunidades que podem surgir em períodos de *stress*.

Ao longo dos 5 anos, privilegiámos o investimento nas nossas competências digitais e outras oportunidades de negócio de longo prazo, tornando 2020, o primeiro ano em que entregamos dividendos aos acionistas.

2019 foi um exercício em que estivemos focados na nossa estratégia e elevada qualidade de execução para fortalecer a organização e continuar a entregar resultados atrativos aos nossos *stakeholders*.

O nosso negócio continuou com um *momentum* positivo em 2019, demonstrando a sua força entregando uma elevada *performance*, assente na solidez do seu balanço e posição de capital, validando a resiliência da companhia para enfrentar todos os desafios.



Com o compromisso de oferecer soluções para que os nossos clientes se sintam protegidos ao longo das suas vidas, em 2019 o volume de prémios brutos emitidos aumentou 21% para os 44M euros, sendo que o volume de sinistros apresenta um aumento de 6% face a 2018. O aumento da rubrica de sinistros reflete as enormes necessidades dos serviços que disponibilizamos aos nossos clientes, bem como o nosso compromisso para os apoiar nos momentos mais difíceis.

Por outro lado, reforçámos investimentos nas nossas competências tecnológicas/digitais e de dados. O nosso objetivo é alavancar estes investimentos tecnológicos de forma transversal ao nosso negócio, de modo a expandir os nossos serviços, chegar a mais clientes e proporcionar uma experiência de cliente cada vez mais personalizada, fomentando relações de longo prazo.

O exercício de 2019, termina assim com um resultado de 5M (2018: 2,7M). Um aumento de 82% face a 2018, que reflete a confiança dos clientes nas soluções da Companhia e o retorno dos investimentos efetuados no passado em termos de melhoria de eficiência e produtividade organizativa. O retorno sobre os capitais próprios¹ situa-se em 40% (2018: 22%).

Consideramos que o nosso talento e cultura são uma das mais significativas e sustentáveis vantagens competitivas.

A nossa capacidade de cumprir com as promessas aos clientes e acionistas depende do talento, compromisso e diversidade dos colaboradores da Aegon Santander Portugal. A diversidade dos nossos colaboradores, experiências, competências e perspetivas são o motor da nossa capacidade de oferecer soluções efetivas e inovadoras que nos permitem responder às necessidades e expectativas dos nossos clientes.

Sabemos que ter uma cultura de inclusividade, onde o contributo de todos é valorizado é um requisito de negócio e pelo 4.º ano consecutivo Aegon Santander Portugal está entre as 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal (estudo anual elaborado pela revista *Exame* em parceria com a consultora Everis e a AESE Business School). Este reconhecimento serve de forte apoio à cultura que promovemos todos os dias na Aegon Santander Portugal.

Mais uma vez, em 2019, os colaboradores da Aegon Santander Portugal mantiveram o seu compromisso com a Comunidade e suportando ações de apoio a instituições de solidariedade social, integrando a nossa responsabilidade social com a atividade global da empresa.

Pensando em 2020, ficamos inspirados pelo talento, capacidades e compromisso dos colaboradores da Aegon Santander, bem como pela solidez do nosso negócio e estratégia.

Será com entusiasmo que continuaremos a partilhar o nosso progresso no futuro.

Tomás Alfaro

Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio

Administrador Delegado

¹ Resultado líquido / Capital próprio + Prémio de emissão

Governança da Sociedade

Estrutura e Modelo de Governo

A Companhia está dotada de um sistema de governação composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, em que as suas responsabilidades estão devidamente definidas e segregadas, e um sistema de transmissão de informação eficaz.

Este sistema foi definido com base na natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, assegurando uma gestão sã e prudente da atividade e do capital, por forma a garantir um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

Na sua gênese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

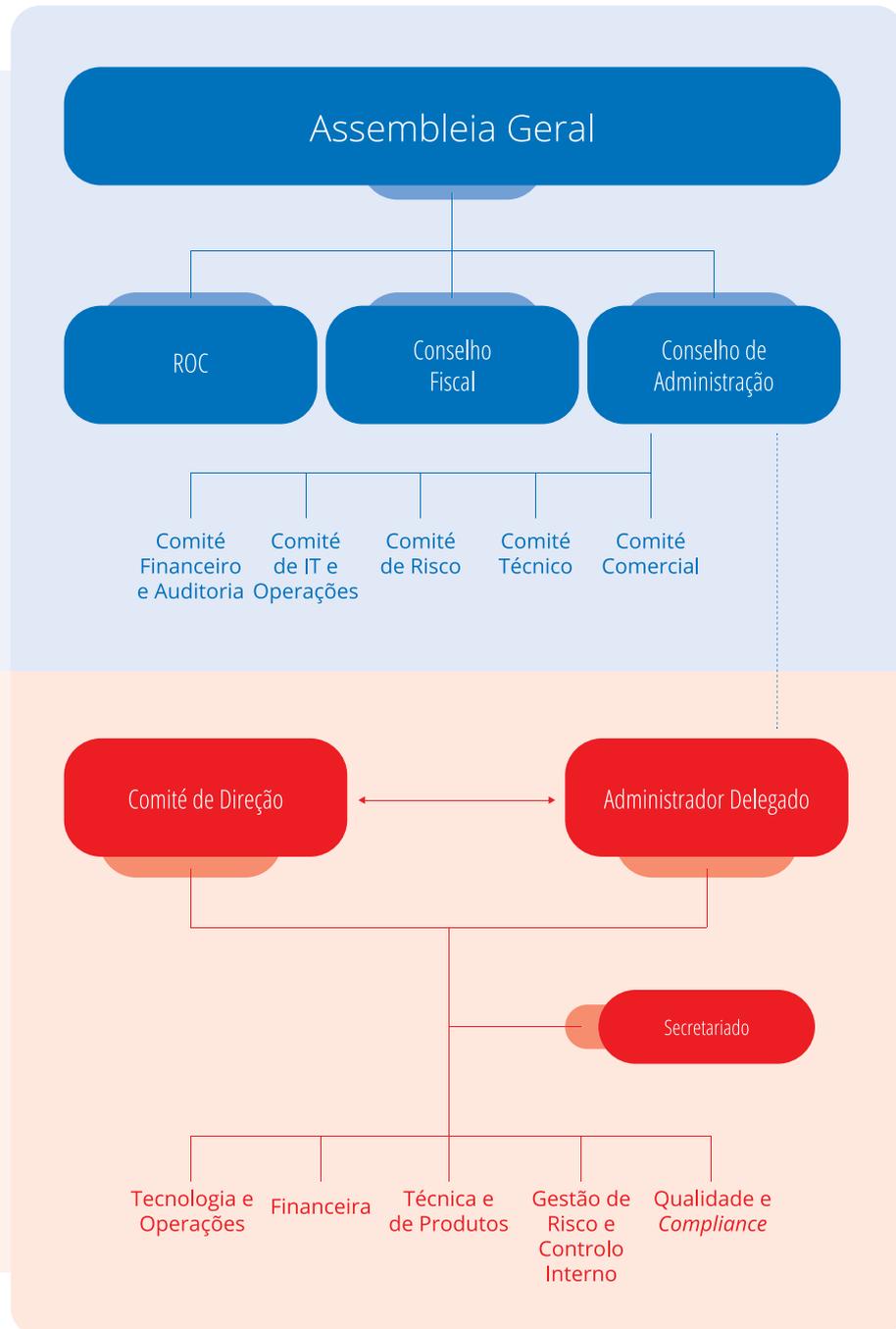
Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade. Assim, pelo menos uma vez por ano, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, no prazo de três meses após a data de encerramento do exercício. Compete-lhe deliberar sobre o relatório de gestão de contas do exercício anterior, sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração da Companhia e às eleições que, legal e estatutariamente, lhe sejam atribuídas ou que eventualmente se tornem necessárias.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente. O mandato dos membros é de quatro anos e reúne trimestralmente ou sempre que o interesse da Companhia o exija. Delibera por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate. Existem no entanto matérias que requerem aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.



Organograma

A estrutura de governo da Companhia está representada no seguinte organograma:



Por sua vez, compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da Companhia. Este conselho é composto por três membros efetivos e um suplente, sendo estes eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Tem como principais competências verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

Mediante proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem como responsabilidade conferir a conformidade das contas com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Adicionalmente, os Comitês apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Cada Comité é constituído por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

- **Comité Técnico:** analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;
- **Comité de Risco:** avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;
- **Comité Comercial:** analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- **Comité de Auditoria e Financeiro:** analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- **Comité de IT e Operações:** analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

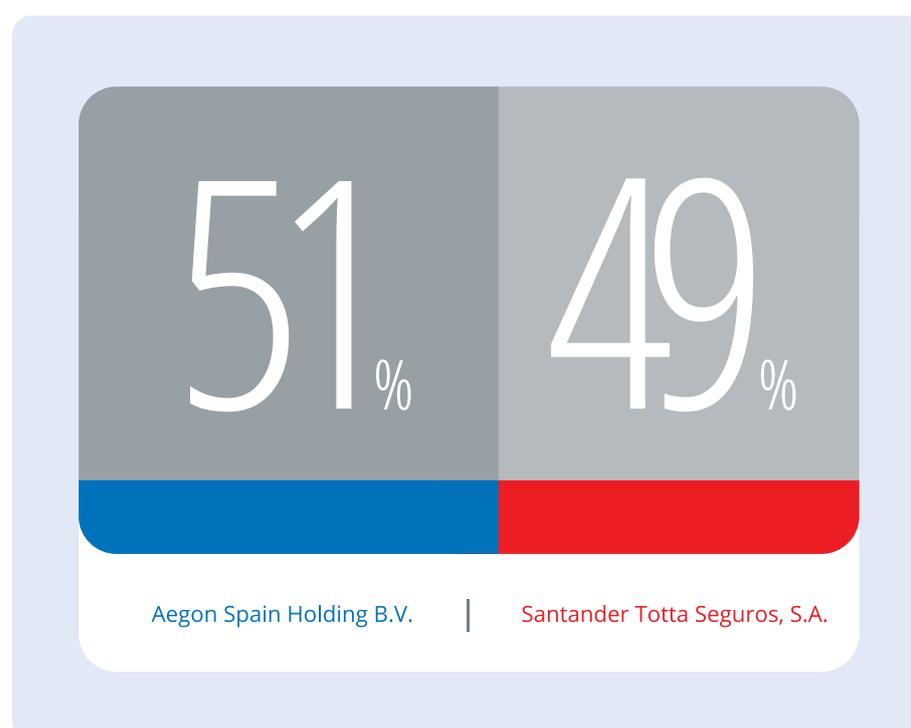
Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comité de Direção, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e cinco Direções, nomeadamente:

- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

O processo de decisão contempla um Comité de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comité reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Assim, os Diretores de cada uma das cinco Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Conselho de Administração desta entidade, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2017, deliberou proceder ao registo, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções chave e do atuário responsável. Em 2019, não se verificaram alterações relativamente à estrutura organizacional da Companhia, mantendo-se o referido registo em vigor.

Estrutura Acionista



Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

António Miguel Terra da Motta
Presidente

Alexandre Jardim
Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tomás Alfaro Uriarte
Presidente

Nuno Miguel Frias Costa
Vice-presidente

Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio
Administrador Delegado

Borja Borrero Mayora

Francisco del Cura Ayuso

Horacio Centeno García

José Ramon Azurmendi Ubarrechena

CONSELHO FISCAL

José Duarte Assunção Dias
Presidente

António Baia Engana
Vogal

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Vogal

José Luís Areal Alves da Cunha
Suplente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia
ou José Manuel Henriques Bernardo.

Código de conduta

Os valores, princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores encontram-se refletidos no código de conduta da Companhia. Este código tem por base valores de honestidade, respeito e responsabilidade, promovendo um elevado nível de excelência na relação com os clientes, parceiros, fornecedores e restantes *stakeholders*.

Como tal, no código de conduta estão definidos os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a sua atividade:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Refira-se que o código de conduta encontra-se divulgado no sítio da internet da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Até ao final do ano de 2019 não se identificou a necessidade de alterar as referidas políticas, encontrando-se as versões em vigor publicadas no *website* da Companhia.

No entanto, no final de 2019, de modo a cumprir os requisitos de avaliação anual do cumprimento das políticas, a Companhia emitiu e publicou no seu *website* a declaração de cumprimento do n.º 1 do artigo 4.º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de abril da ASF, com a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Na definição das referidas políticas de remunerações não foram utilizados serviços de consultores externos.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010 R, de 1 de abril, da ASF, se encontram publicadas no sítio da internet da Companhia.

01.03

Enquadramento da atividade

Cenário Macroeconómico Internacional

O crescimento económico, a nível global, em 2019, foi o mais fraco desde a grande recessão, com uma expansão de 2,9%, de acordo as mais recentes projeções do FMI.

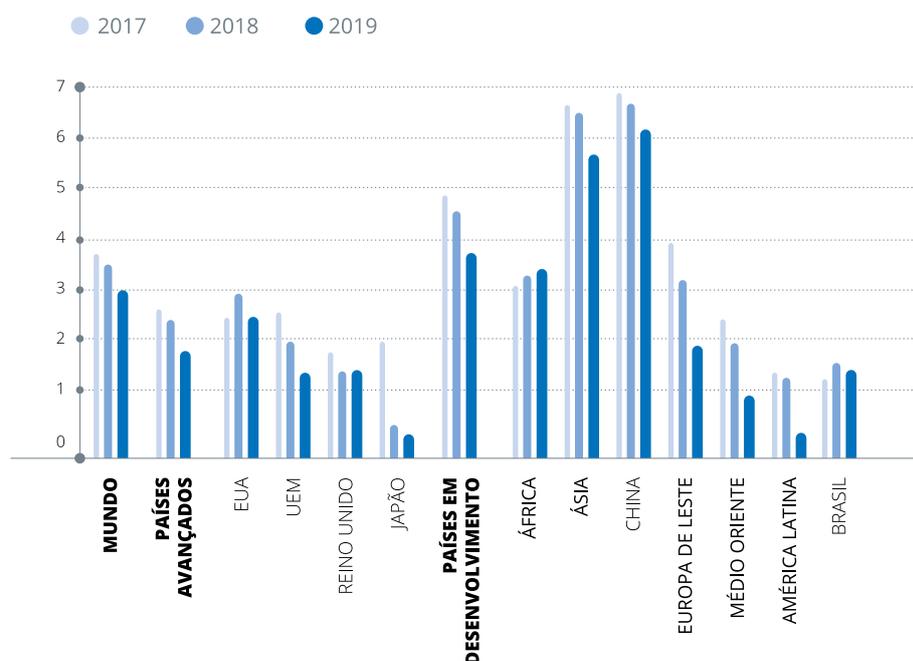
Esta desaceleração foi o resultado da materialização de vários riscos latentes, tais como as “guerras” comerciais, a incerteza geopolítica, fatores específicos em algumas economias emergentes, e eventos climáticos, com repercussões sobre o setor da indústria transformadora e o comércio.

A desaceleração foi generalizada, entre economias desenvolvidas e emergentes, mas mais pronunciada nas primeiras. As “guerras” comerciais entre os EUA e a China tiveram claros efeitos de contágio à Europa, amplificando as repercussões adversas nas economias desenvolvidas.

A materialização dos riscos supramencionados afetaram a confiança dos agentes económicos e, conseqüentemente, o investimento, reforçando a desaceleração da atividade a nível global.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

FONTES: FMI (JANEIRO DE 2020)



As “guerras” comerciais entre os EUA e a China, com a imposição bilateral de tarifas entre os dois países, tiveram um papel claro na redução do comércio internacional, entre as duas economias, e com contágios aos demais fluxos comerciais. Em 2019, o volume de comércio mundial declinou pela primeira vez desde a Grande Recessão em 2008, fruto em grande medida deste fator.

Em 2019, a China terá crescido 6,1%, assim prolongando a tendência secular de desaceleração secular, à qual acrescem os já mencionados efeitos das “guerras” comerciais e os efeitos de medidas destinadas a travar o sobre-endividamento da economia, em especial do *shadow banking system*. Em Agosto, a Administração norte-americana acusou a China de manipular a taxa de câmbio, após a moeda chinesa ter depreciado acima de 7 renmimbi por dólar pela primeira vez desde 2008.

Os EUA desaceleraram também, em parte pelo esgotamento dos feitos positivos do choque fiscal adotado no início de 2018, mas sobretudo pelos efeitos das “guerras” comerciais, que tiveram o seu contágio às exportações e ao investimento. O consumo privado manteve-se suportado, beneficiando dos baixos níveis de desemprego, que desceu até 3,5% no final do ano, claramente revelando uma situação de pleno emprego. Contudo, este ciclo caracterizou-se também por aumentos salariais moderados e, conseqüentemente, a ausência de pressões inflacionistas de relevo.

O atual ciclo económico norte-americano é já um dos mais longos da história, entrando no seu 11.º ano, embora com taxas médias de crescimento mais baixas do que em ciclos anteriores (2,3% no atual ciclo, comparado com 3,3% no período de 1990 a 2000).

A ausência de pressões inflacionistas, e os riscos que ao longo do ano se foram produzindo e influenciaram também os mercados financeiros, conduziram a uma alteração de postura e atuação pela Reserva Federal dos EUA. A sua orientação, comunicada no início do ano, de que as taxas de juro de referência poderiam subir em 2019, deu lugar a três movimentos de descida, de 25pb cada, em agosto, setembro e outubro, naquelas que foram as primeiras descidas de taxas desde 2008, e conduzindo a taxa de referência dos *fed funds* para o intervalo 1,5%-1,75%.

Na zona euro, o crescimento desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer apenas 1,2% em 2019, face a 1,9% no ano anterior. Esta desaceleração, apesar de generalizada, não foi uniforme entre os vários estados-membros, sendo especialmente pronunciada nos países centrais, tais como a Alemanha, França e também Itália, ainda que por razões diferenciadas.

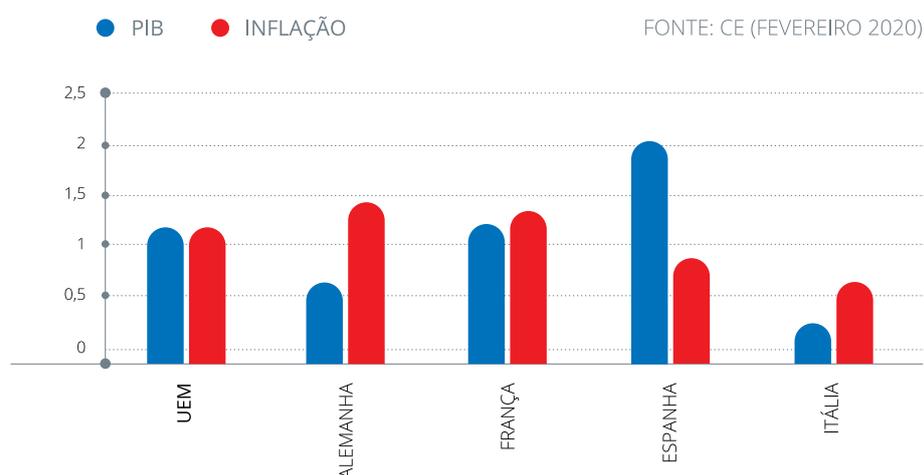
As “guerras” comerciais tiveram claros efeitos de contágio à zona euro, já que a Alemanha é um importante parceiro comercial da China, e os canais de transmissão afetaram a produção industrial neste país, onde também os efeitos da transição energética, bem como da adaptação à nova regulamentação de emissões de gases com efeitos de estufa, se fizeram sentir sobre o setor automóvel. 2019 revelou-se um ano de transição, em que os principais fabricantes alemães se prepararam para a eletrificação da sua oferta a partir de 2020. O PIB na Alemanha cresceu 0,6% em 2019. O espaço de manobra orçamental criado pela descida dos encargos com o serviço da dívida não foi utilizado para estimular a economia, antes resultando num maior excedente orçamental.

Em França, a atividade desacelerou, também, com o PIB a crescer 1,2%, muito influenciado pelos constantes protestos que marcaram o cenário político. O movimento dos “coletes amarelos” perdeu alguma força, mas viria a ser complementado/substituído pelos protestos contra a reforma do sistema de pensões. O setor automóvel, igualmente relevante em França, foi também afetado.

Em Itália, foi a envolvente política a condicionar a evolução económica, com o PIB a crescer apenas 0,2% (e com uma contração no quarto trimestre). As tensões permanentes no Governo de coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas resultou no abandono, pelo primeiro, do Governo. Foi, contudo, evitado o cenário de eleições antecipadas em 2019.

Em Espanha, a envolvente política parece não ter tido impacto na dinâmica económica, com a economia a desacelerar, mas a crescer ainda 2,0%. Foram realizadas duas eleições gerais, em abril e em novembro, esta última resultando num governo de coligação entre o PSOE e o Unidas Podemos, formado já em janeiro de 2020.

Já formalmente fora da União Europeia, desde 1 de fevereiro de 2020, o Reino Unido cresceu 1,3 % em 2019, sem alteração face ao ano anterior. A evolução da atividade foi condicionada pelo processo político em torno do *Brexit*. Em outubro Boris Johnson assumiu o lugar de primeiro-ministro, substituindo Theresa May, mas inicialmente sem conseguir desbloquear o processo, mesmo com alterações cirúrgicas ao acordo, visando eliminar o chamado *backstop* da Irlanda, ao abrigo do qual seria criada uma fronteira entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. Em dezembro, foram realizadas eleições gerais, que deram uma maioria clara a Johnson, que conseguiu aprovar o acordo de saída e concretizar o *Brexit* no final de janeiro.



O Banco Central Europeu, ao longo do ano, incorporou os vários fatores de risco nas suas projeções de crescimento e de inflação, as quais foram progressivamente revistas em baixa, tendo, consequentemente, revertido a sua mensagem de “normalização” da política monetária e reforçado o *forward guidance* quanto ao cariz expansionista da política.

Num primeiro momento, anunciou novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (TLTRO III) a iniciar em setembro de 2019, estendeu até junho de 2020 o período no qual as taxas de juro poderiam permanecer em mínimos, e deixou em aberto a possibilidade de novas medidas, no final do verão.

Em setembro, anunciou mais um pacote de medidas de estímulo. A taxa de depósito foi reduzida em 10pb, para -0,5%, o período de taxas de juro em mínimos seria mantido até que a inflação convergisse para 2% (abandonando o horizonte temporal fixo anterior), foi lançado um novo programa de aquisição de ativos financeiros, ao ritmo de 20 mil milhões de Euros por mês, e o regime do TLTRO III foi alterado, para ter condições mais favoráveis.

Para mitigar os efeitos adversos das taxas de juro negativas sobre o setor bancário foi adotado um regime de *tiering* para as reservas excedentárias, que ficam isentas da aplicação da taxa de depósito negativa até um montante de 6 vezes as reservas mínimas obrigatórias.

Nas economias emergentes, a desaceleração do crescimento foi especialmente marcada no primeiro semestre do ano, posteriormente corrigindo, mas sempre implicando uma moderação do crescimento face ao ano anterior. Na Índia, o crescimento anual foi de 4,8% (-2pp do que em 2018), fruto de perturbações nos setores automóvel e imobiliário.

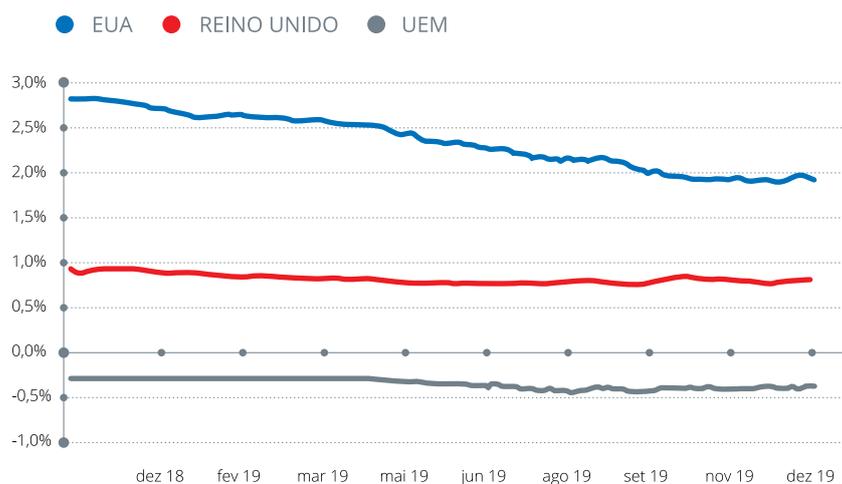
Na América Latina, a atividade económica praticamente estagnou, em grande medida devido à evolução da economia mexicana, que estagnou, fruto de condicionantes políticas após a eleição presidencial de 2018, e efeitos relacionados a relação comercial com os EUA (por exemplo, os acordos comerciais e as migrações). O Brasil cresceu 1,2%, em linha com a dinâmica do ano anterior, apesar de um início de ano claramente mais fraco.

Como mencionado, nas principais economias, a política monetária retomou (nos EUA) ou reforçou (na zona euro) uma clara orientação expansionista, com descidas de taxas de juro de referência e/ou recuperação dos programas de aquisição de ativos financeiros. Esta atuação teve reflexos sobre toda a curva de rendimentos, com uma descida generalizada das taxas de juro.

As taxas de juro de curto prazo desceram, deste modo, nos EUA e na zona euro, enquanto no Reino Unido, e apesar da incerteza associada ao processo do *Brexit*, as taxas de juro 3 meses permaneceram quase inalteradas.

TAXAS DE JURO 3 MESES

FONTE: BLOOMBERG

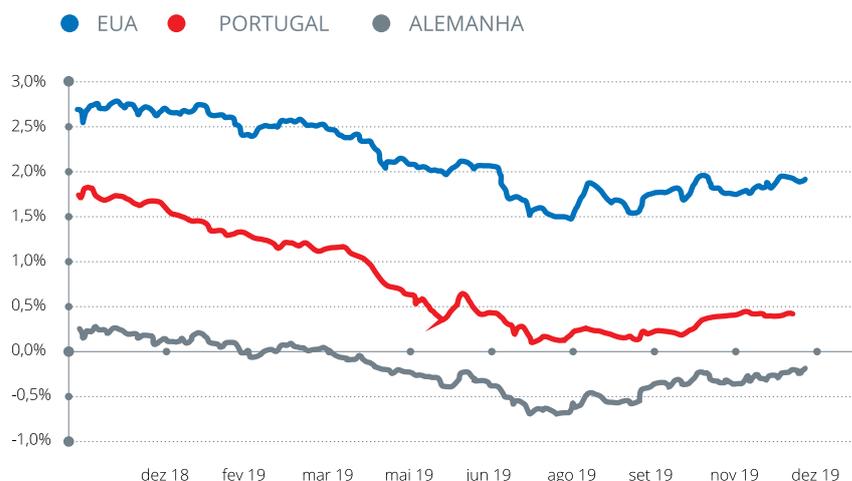


Ao nível das taxas de juro de longo prazo, o movimento entre os principais países ocorreu também, com uma tendência generalizada de descida das *yields*, em linha com os sinais de desaceleração da atividade e/ou materialização dos fatores de risco. O ponto mínimo foi observado durante agosto, em antecipação à intervenção dos bancos centrais, corrigindo posteriormente. Nos EUA, a taxa de juro dos 10 anos desceu cerca de 80p.b. e na Alemanha retomou níveis negativos, com uma descida de 40p.b., face aos níveis do início do ano.

Os *spreads* de crédito desceram de forma continuada ao longo do ano, com uma análise diferenciada dos perfis de risco. Por exemplo, o término da coligação em Itália foi acolhido com uma redução do *spread* face à Alemanha em cerca de 100p.b., para níveis em redor de 150p.b.

TAXAS DE JURO 10 ANOS

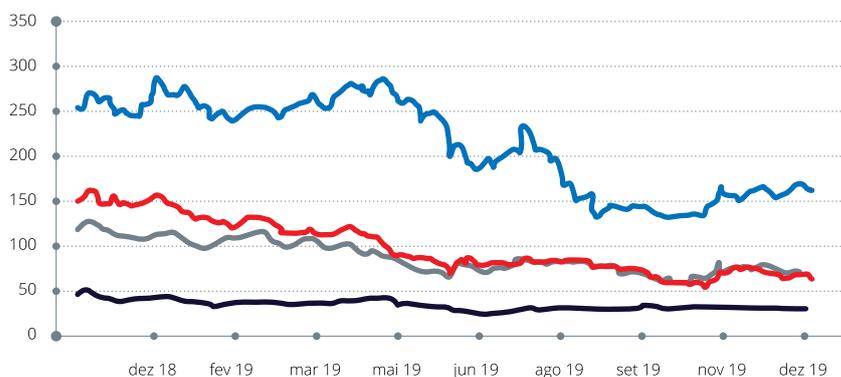
FONTE: BLOOMBERG



Em Portugal, o *spread* 10 anos face à Alemanha desceu para cerca de 60p.b., e na segunda metade do ano assumiu mesmo níveis inferiores aos de Espanha, que estava condicionada pela envolvente política. Essa dinâmica foi também influenciada pela melhoria da notação de risco da República, pela S&P Global, em março, para BBB, e, em outubro, pela DBRS, para BBB (*high*). As agências S&P e Moodys mantêm um *outlook* positivo, para o *rating* da República, indiciando uma possível revisão em alta da notação de risco, caso as variáveis económicas e financeiras continuem a evoluir favoravelmente.

DIFERENCIAIS DE TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO FACE ALEMANHA (PB)

● ITÁLIA ● PORTUGAL ● ESPANHA ● FRANÇA FONTE: BLOOMBERG

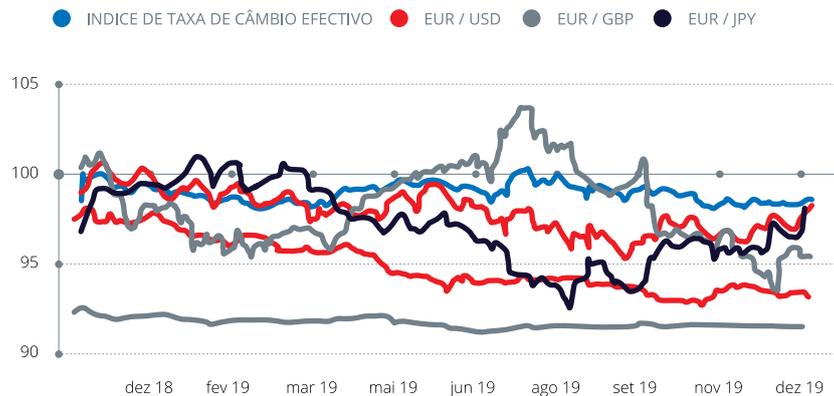


No mercado cambial, o euro caracterizou-se por uma tendência de depreciação face às principais divisas, em que as incertezas sobre a dinâmica da economia europeia dominaram a evolução. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,12 dólares, numa depreciação de cerca de 2%, ao passo que face ao iene a depreciação foi de cerca de 3%.

A evolução da libra esterlina esteve dependente do processo do *Brexit*, evidenciando uma maior volatilidade ao longo do ano, em função dos avanços e recuos no processo. No final do ano, com as eleições e aprovação do acordo de saída, a libra recuperou níveis em redor de 85 pence por euro.

PRINCIPAIS TAXAS DE CÂMBIO (DEZ-2018 = 100)

FONTE: BCE



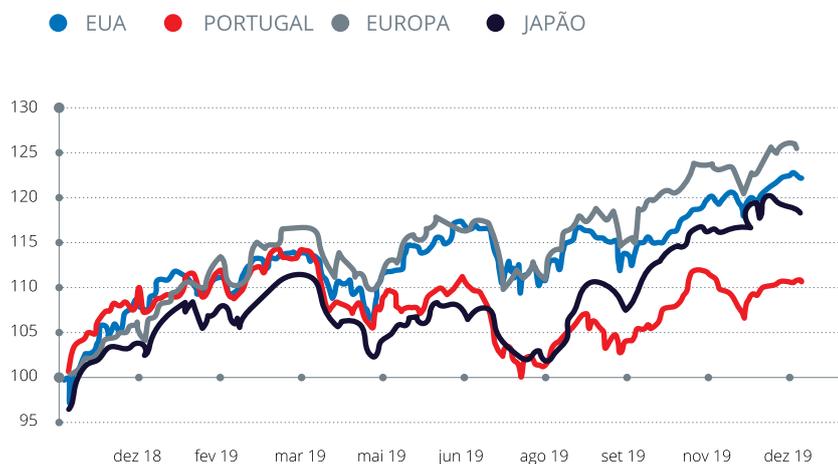
Os mercados acionistas revelaram uma tendência contínua de valorização, registando, em alguns casos, máximos históricos absolutos.

Apesar das incertezas sobre a evolução da atividade económica, e dos potenciais impactos das “guerras” comerciais, o cenário de baixas taxas de juro, ao longo de toda a curva de rendimentos, continuou a dar suporte aos mercados acionistas.

Nos EUA, os principais índices acionistas fecharam em máximos históricos absolutos. Na Europa, a tendência foi igualmente de valorização, apesar da evolução menos favorável do setor bancário, cuja *performance* permanece condicionada pelas perspetivas de evolução das taxas de juro de curto prazo.

MERCADOS ACIONISTAS

FONTE: BLOOMBERG



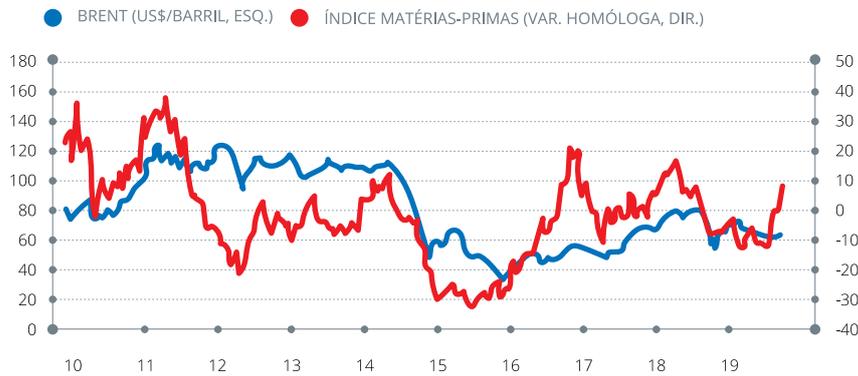
Portugal acompanhou a tendência global, mas de forma mais modesta, com o PSI-20 a valorizar 10%, destacando-se o comportamento de setores como o retalho e energia. A banca seguiu a tendência europeia, com uma desvalorização.

A volatilidade e incerteza transmitiram-se aos mercados de matérias-primas, com alguma volatilidade durante o ano, mas terminando com uma tendência de valorização. O petróleo valorizou em 6%, para 62 dólares por barril, embora abaixo dos máximos do ano (de cerca de 72 dólares, observados em maio). As demais matérias-primas valorizaram, também, em cerca de 10%.

O ouro manteve o seu papel de refúgio, com uma valorização de 18% durante o ano de 2019, para 1.517 dólares por onça.

PREÇOS DO PETRÓLEO BRENT, EM DÓLARES POR BARRIL E ÍNDICE DE MATÉRIAS-PRIMAS (VARIÇÃO HOMÓLOGA)

FONTE: BCE



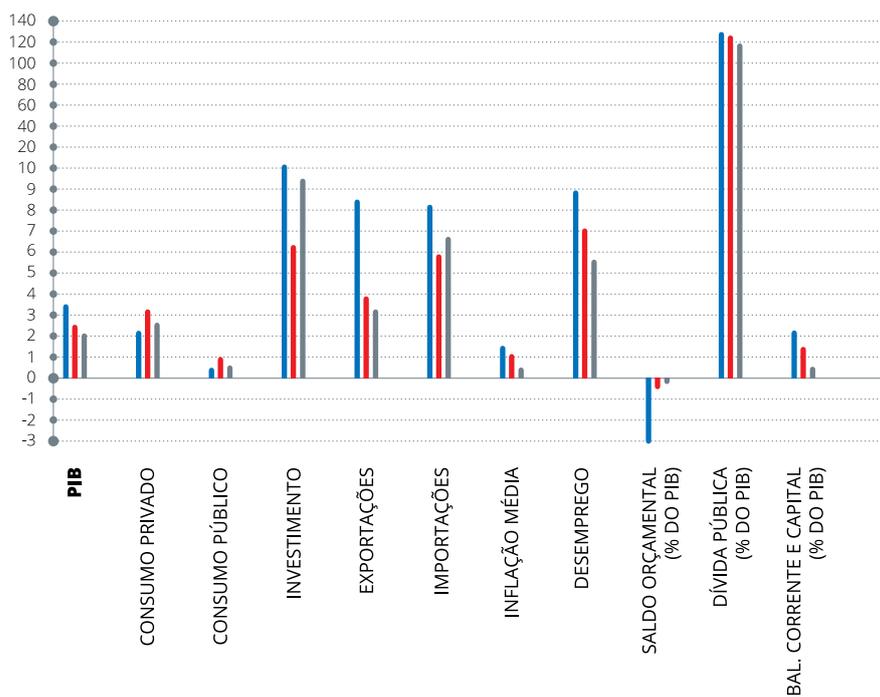
Economia Portuguesa

Em 2019, a economia portuguesa manteve o ciclo de expansão iniciado em 2013, mas prosseguindo a tendência de moderação do crescimento. Embora acompanhando a tendência europeia, Portugal continuou a caracterizar-se por taxas de crescimento acima da tendência de longo prazo.

O PIB, em Portugal, cresceu 2,0% em 2019, ainda acima da tendência de longo prazo (estimada em 1,6%), mas com uma desaceleração ligeira face aos 2,5% registados em 2018. Esta evolução reflete uma desaceleração do consumo privado e das exportações, enquanto o investimento e as importações aceleraram.

DADOS MACROECONÓMICOS

● 2017 ● 2018 ● 2019 Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças



O consumo privado, apesar de uma desaceleração face a 2018, manteve-se dinâmico, com um crescimento de 2,5%, acima do rendimento disponível, largamente apoiado pela redução do desemprego, para 6,5%. Por componentes de consumo, o maior crescimento ocorreu ao nível da despesa discricionária em bens e serviços não alimentares, consistente com um reforço da confiança dos agentes económicos. A despesa em bens duradouros desacelerou, na medida em que tinha ocorrido uma antecipação da aquisição de automóveis em 2018.

Ao nível do investimento, assistiu-se a uma aceleração, particularmente sentida no primeiro semestre do ano, e associado à recuperação da despesa de capital em construção. Com efeito, o ano de 2019 marca uma alteração da composição do investimento, com uma maior recuperação da construção, sendo que nos anos anteriores o maior contributo para a despesa de capital provinha dos segmentos de máquinas e equipamentos e de material de transporte.

A forte procura por habitação, na sequência de vários anos em que a atividade de construção foi muito limitada, reflete-se já num aumento das licenças de construção, bem como dos fogos concluídos.

Também o aproximar do término do Programa Portugal 2020 se estará a refletir numa aceleração do investimento, para conclusão dos projetos financiados.

CONTRIBUTOS PARA O CRESCIMENTO DO PIB (TVH)

FONTE: INE

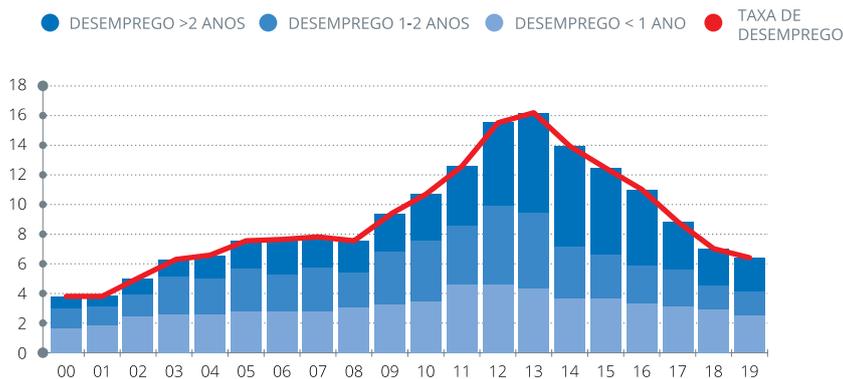


O mercado de trabalho continua a evoluir positivamente, com a criação de 25 mil empregos em 2019 e a descida da taxa de desemprego para 6,5%, já muito alinhada com a taxa de desemprego natural. À medida que a taxa de crescimento do PIB converge para a tendência de longo prazo, também o ritmo de criação de emprego modera.

O bom momento do mercado de trabalho, com criação de emprego e aumento moderado dos salários, conjugado com a valorização do mercado imobiliário, pode ser um fator explicativo para os baixos níveis de poupança pelas famílias. A taxa de poupança, em 2019, situou-se em 6,2%, alinhado com os níveis mais baixos verificados desde 2016.

TAXA DE DESEMPREGO (%)

FONTE: INE



Em 2019, o investimento pelas famílias (que inclui a aquisição de habitação) aumentou cerca de 10%, prolongando o forte dinamismo evidenciado desde 2017. Em 2019, a nova produção de crédito hipotecário ascendeu a 10,6 mil milhões de Euros (um acréscimo de 8% face a 2018).

As exportações desaceleraram, apesar de manterem um ritmo de crescimento sustentado, prolongando a tendência dos anos mais recentes. As exportações nacionais foram, também, influenciadas pelas “guerras” comerciais, fruto da interligação nas cadeias de valor globais, e em especial europeias, mas também pela transformação em curso no setor automóvel. As exportações de serviços também evoluíram favoravelmente, mas sendo visível uma desaceleração no número de turistas, que foi compensada pelo crescimento da receita média.

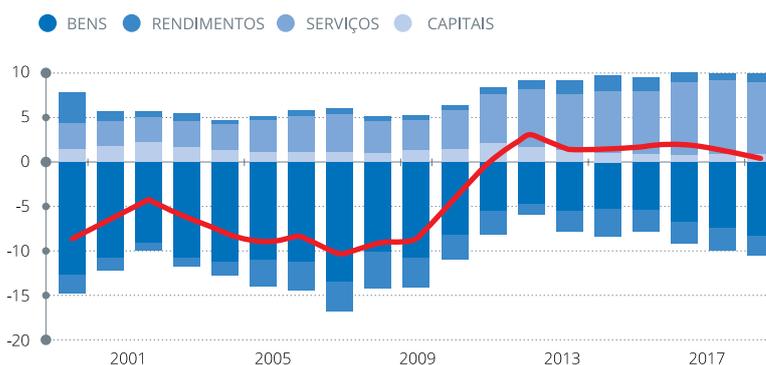
As importações, por seu lado, aceleraram em 2019, em parte devido ao reforço do investimento, já que o maior crescimento ocorreu ao nível de bens de equipamento e de material de transporte. Contudo, o dinamismo do consumo privado, associado ao turismo, está a refletir-se num crescimento das importações de bens de consumo, o que não ocorria desde o período da crise.

Apesar do agravamento do défice comercial, a balança corrente e de capital mantém um excedente, beneficiando do saldo positivo na balança de serviços, em 8,4% do PIB. Contudo, o excedente global é menor do que passado recente, situando-se em 0,4% do PIB.

A economia continuou o processo de correção dos principais desequilíbrios macroeconómicos. Neste sentido, o endividamento global continuou a reduzir-se, de forma generalizada, entre os setores privado e público, mas em particular no primeiro. O endividamento do setor privado reduziu-se para 191% do PIB, o que consubstancia uma redução de 72pp face aos máximos de 2012. A redução foi mais pronunciada para as empresas (menos 46pp, para 125%) do que para os particulares (menos 27pp, para 66% do PIB). Contudo, permanece ainda em níveis elevados, constituindo assim um potencial foco de risco.

BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL (% PIB)

FONTE: BANCO DE PORTUGAL, INE



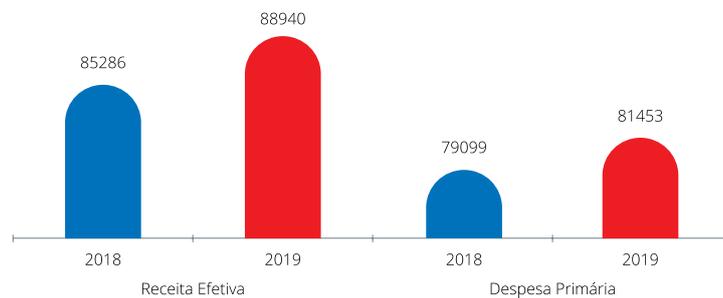
A dívida pública seguiu também uma trajetória descendente, situando-se em 118% no final de 2019, face a 122% no final de 2018.

A política orçamental manteve, em 2019, a orientação para a redução do défice orçamental, o qual ter-se-á situado, igualmente de acordo com as estimativas constantes no OE2020, em 0,2% do PIB, assim aproximando-se do equilíbrio.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 4,3% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +2,3%). O orçamento de Estado para 2020 prevê um excedente orçamental das administrações públicas, de 0,2% do PIB.

RECEITA EFETIVA E DESPESA PRIMÁRIA (€ MN)

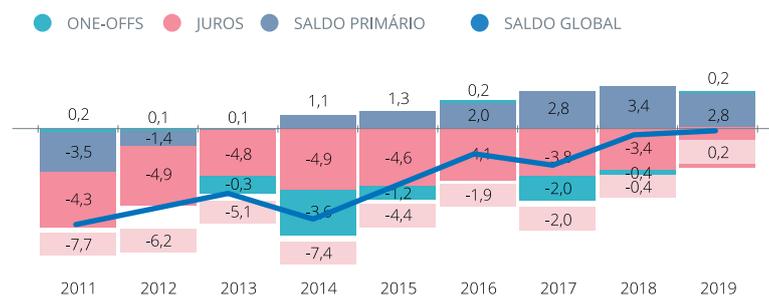
FONTE: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



A consistência da política orçamental, com a redução do défice orçamental e a geração de um excedente primário, que permite reduzir o rácio da dívida pública, continua a suportar a melhor avaliação do risco pelas agências de *rating*. Em 2019, a notação de risco da República foi elevada para BBB, em março, pela S&P, com outlook positivo, e para BBB (*high*) pela DBRS, com *outlook* estável, em outubro. A *yield* dos 10 anos, no final de janeiro de 2020, situava-se em redor de 0,3%, correspondendo a um diferencial de cerca de 70p.b. face à Alemanha, plenamente alinhado com o *spread* de Espanha face à Alemanha.

DÉFICE ORÇAMENTAL (% PIB)

FONTE: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



O Tesouro prosseguiu a sua estratégia de gestão dos prazos e custo da dívida, tirando proveito da redução das taxas de juro nos mercados globais, para se financiar a maturidades mais longas, e também proceder a programas de troca de dívida, substituindo os vencimentos no horizonte mais curto por dívida por maturidades mais longas. O Tesouro, em 2019, antecipou o pagamento de 2 mil milhões de Euros ao FEEF.

Do ponto de vista de colocação de produtos de aforro destinados ao mercado de retalho, em 2019 o Tesouro focou-se apenas nos certificados do Tesouro, mas com um acréscimo do *stock* em apenas 631 milhões de Euros (ao longo do ano, os vencimentos dos certificados emitidos em 2015 foram significativos, revelando uma maior colocação bruta, de quase 4 mil milhões de Euros).

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2019, subiram quase 6 mil milhões de Euros.

No quadro de correção dos desequilíbrios, o setor bancário português prosseguiu, em 2019, o processo saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o *stock* de NPEs foi reduzido em cerca de 4,1 mil milhões de Euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 7,7%, mas que permanece ainda acima da média europeia.

À semelhança de anos anteriores, o processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados que crédito, que se reduziu um ano mais. No conjunto do ano, o *stock* de crédito a empresas reduziu-se em 4% (com uma redução de cerca de 43% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário se reduziu em redor de 1%. Esta dinâmica ocorreu em simultâneo com um novo aumento dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 3,8% face a 2018, para 32,8 mil milhões de Euros, e o novo crédito hipotecário subiu 8,1%, para 10,6 mil milhões de Euros (mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

Mercado de Seguros em Portugal

Em 2019, o volume da produção de seguro direto em Portugal atingiu o valor de 12,2 mil milhões de Euros, refletindo um decréscimo de 5,8% face ao valor verificado em 2018, decorrente da evolução do ramo Vida.

Ao longo do ano, o ramo Vida decresceu 13,9%, registando 7,0 mil milhões de Euros, contrariando a tendência verificada nos últimos dois anos.

Neste segmento de mercado, os Planos de Poupança Reforma (PPR) viram o seu peso aumentar em cerca de 1,9 pontos percentuais (44,8% em 2019 e 42,9% em 2018), apesar de a sua produção ter decrescido cerca de 10% face ao ano transato, acompanhando a tendência do ramo.

Por sua vez, os ramos Não Vida aumentaram 8,0%, fixando o seu valor nos 5,2 mil milhões de Euros. Para a referida evolução, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (variação anual de 9,7%), Automóvel (7,0%) e Incêndio e Outros Danos (6,9%).

Há a destacar, no ramo Acidentes e Doença, o crescimento do ramo Acidentes de Trabalho que aumentou a produção pelo sexto ano consecutivo (11,8% em 2019).

MILHARES DE EUROS

Produção* de seguro direto em Portugal, por ramos	2018	2019**	Δ
VIDA	8 122 717	6 991 849	-13,9%
Seguro de Vida	6 354 702	5 283 115	-16,9%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1 767 235	1 704 184	-3,6%
Operações de Capitalização	780	4 550	483,3%
NÃO VIDA	4 825 262	5 209 209	8,0%
Acidentes e Doença	1 789 327	1 962 335	9,7%
Acidentes de Trabalho	800 638	895 066	11,8%
Doença	807 135	877 385	8,7%
Acidentes (outros)	181 554	189 885	4,6%
Incêndio e Outros Danos	847 743	905 816	6,9%
Automóvel	1 719 425	1 839 031	7,0%
Marítimo e Transportes	25 343	26 523	4,7%
Aéreo	7 195	8 784	22,1%
Mercadorias Transportadas	20 807	20 576	-1,1%
Responsabilidade Civil Geral	131 289	143 023	8,9%
Diversos	284 135	303 122	6,7%
TOTAL	12 947 979	12 201 058	-5,8%

*Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço.

** valores provisórios

FONTE: ASF

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que o ano de 2019 foi determinante na sistematização e consolidação dos processos e procedimentos decorrentes do regime de Solvência II.

Tratando-se do quarto ano desde a entrada do regime em vigor, foi possível verificar melhorias, quer ao nível do processo de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte, verificando-se que a maioria das Companhias do mercado divulgou o Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira nos prazos previstos e com um nível crescente de informação qualitativa e quantitativa.

Ainda relativamente ao regime de Solvência II importa referir que no ano de 2019 verificaram-se modificações ao Regulamento Delegado, estando a implementação de novas alterações prevista para janeiro de 2020. O setor continuará a acompanhar o processo de revisão do Regulamento Delegado e da Diretiva Solvência II, em particular em tópicos potencialmente mais relevantes para o mercado nacional.

A entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros, a 1 de janeiro de 2022, define-se como um importante desafio. Esta nova norma irá introduzir uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro terá novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), substituirá a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

Na perspetiva regulatória, destaca-se também o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que entrou em vigor em 25 de maio de 2018. Este regulamento surge como uma consequência direta da evolução tecnológica, sobretudo ao nível da utilização de dados cada vez mais granulares e de processos de partilha de dados mais complexos.

Referem-se alguns dos temas mais críticos relacionados com a implementação dos requisitos do regulamento:

- Capacidade de evidenciar a conformidade;
- Suporte legal para processamento de dados;
- Condições especiais para processamento de categorias especiais de dados;
- Registo das atividades de processamento de dados;
- Utilização mais detalhada de consentimentos;
- Notificação de *data breaches* em menos de 72 horas;
- Nomeação de um *Data Protection Officer*;
- Direitos diversos (de acesso, de retificação, de eliminação; de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição, etc.).

Para além da exigência associada a estes requisitos, com alterações significativas ao nível de diversos processos, refere-se também o elevado montante previsto para a aplicação de coimas, que certamente coloca este tema nas prioridades das entidades sujeitas.

Cumpra igualmente realçar, a adaptação do mercado à Diretiva (UE) 2016/97 sobre a distribuição de seguros para o ordenamento jurídico interno. Esta Diretiva implica alterações significativas no que respeita ao dever de informação e aconselhamento ao cliente tendo em conta o seu perfil de risco e investimento bem como os objetivos e necessidades de aquisição de produtos de seguros. Relaciona-se ainda com a necessidade de garantir aos consumidores o mesmo nível de proteção, independentemente do facto de existirem diferentes canais de distribuição de seguros.

O conceito de distribuição é agora mais amplo do que o de mediação de seguros, visto que abrange, desde logo, a atividade das próprias empresas de seguros. É reforçado o leque de informações pré-contratuais obrigatórias a cargo do distribuidor de seguros, visando favorecer a transparência e evitar as situações de conflitos de interesses.

O ano em análise foi também relevante em matérias de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo com a implementação da Portaria n.º 310/2018 de 4 de dezembro. Esta diz respeito, essencialmente, à identificação das tipologias de operações objeto de comunicação ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal da Procuradoria-Geral da República e à Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, que não integrem a categoria de operações suspeitas. Procura agregar operações que possam comportar um grau de risco que fundamente, por motivos diversos, a necessidade da sua comunicação às referidas entidades.

O ano de 2020 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta aos supervisores, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral. A par da implementação e operacionalização de exigentes requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

O setor continuará a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Análise de gestão

01.04

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros. Este sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

Durante o ano de 2019, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio inculir na atividade. Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco;
- Atualização dos limites de consumo de capital por categoria de risco e monitorização trimestral;
- Elaboração e aprovação do relatório *Own Risk and Solvency Assessment (ORSA)*, apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos mas plausíveis. Em qualquer um dos cenários a Companhia revelou sempre rácios de solvência superiores ao nível objetivo (140%), permitindo-lhe enfrentar os desafios com sustentabilidade;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;

- Certificação do reporte anual de 2018 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração do relatório anual *Solvency and Financial Conditions Report* (SFCR), comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;
- Divulgação pública do SFCR e respetivos relatórios do ROC e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;
- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Implementação de procedimentos, políticas e medidas decorrentes da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados à atividade da Companhia e que visam a plena conformidade com este diploma;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte;
- No âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, destaca-se a realização de exercícios operacionais, nomeadamente de um exercício de *Disaster Recover*, de um exercício de continuidade de negócio e de testes referentes ao plano de emergência interno.

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

Síntese de indicadores

MILHÕES DE EUROS		
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	2019	2018
POSIÇÃO FINANCEIRA		
Ativo líquido	44,0	33,0
Passivo	22,2	16,4
Capitais próprios	21,8	16,6
Resultado líquido	5,0	2,7
ATIVIDADE SEGURADORA		
Prémios brutos emitidos	51,1	42,3
Custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite	(12,0)	(11,3)
Custos de aquisição	(23,0)	(19,2)
Saldo de resseguro	(5,4)	(2,5)
Resultados dos investimentos	0,14	0,07
Número de apólices em vigor (seguro direto e resseguro aceite)	384 315	336 815
OUTRAS VARIÁVEIS E RÁCIOS		
Número de colaboradores (em 31 de Dezembro) (*)	66	42
Prémios emitidos / Número de colaboradores	0,8	1,0
Resultado líquido / Número de colaboradores	0,1	0,1
Resultado líquido / Prémios emitidos	10%	6%

(*) Colaboradores das 2 seguradoras Aegon Santander Portugal + Administrador Delegado

Atividade comercial

Em janeiro de 2015, a Aegon Santander Portugal Não Vida iniciou a sua atividade operacional tendo apenas uma carteira de seguros de Acidentes Pessoais de 6 milhares de apólices. Passados 5 anos a oferta da Companhia alargou tendo atualmente 384 milhares de apólices em vigor, nos ramos de Acidentes Pessoais, Incêndio e outros danos, Acidentes de trabalho e desde 2019, também Doença e Responsabilidade civil geral.

Esta evolução é demonstrativa da confiança que as soluções de proteção da Companhia têm merecido por parte dos clientes, bem como os investimentos efetuados em anos anteriores.

O exercício de 2019, fica marcado por: (i) início da comercialização de seguros de saúde; e (ii) em setembro, incorporação da unidade de negócio que inclui apólices de seguro dos ramos Acidentes e doença, Incêndio e outros danos e Responsabilidade civil geral comercializadas pela Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A., adquirida no final de 2018.

Nesta base, atuando em diferentes linhas de negócio, a atividade em 2019 permitiu obter um volume de prémios emitidos de 51,1 milhões de Euros (2018: 42,3 milhões de Euros), sendo o ramo de Incêndio e outros danos responsável por 85% deste montante.

A Companhia encerra 2019 com um total de apólices em vigor de 384 315 (2018: 336 815 apólices), representando um crescimento de 14%.

Os custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite situaram-se nos 12 milhões de Euros (2018: 11,3 milhões de Euros) representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 23,4% (2018: 26,7%), sendo o produto de Multiriscos habitação o principal responsável a este nível.

Gestão de ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais ativos financeiros são analisados como se segue:

	MILHÕES DE EUROS	
ATIVOS FINANCEIROS	2019	2018
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM	3,8	4,4
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA		
Títulos de dívida pública	10,1	8,6
De outros emissores	23,5	12,7
TOTAL	37,4	25,6

Em 2019, os resultados obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 161 milhares de euros (2018: 93 milhares de Euros).

Custos e gastos por natureza a imputar

Em 2019 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 4,5 milhões de Euros (2018: 5,3 milhões de Euros), assumindo-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis como as rubricas mais relevantes, como se segue:

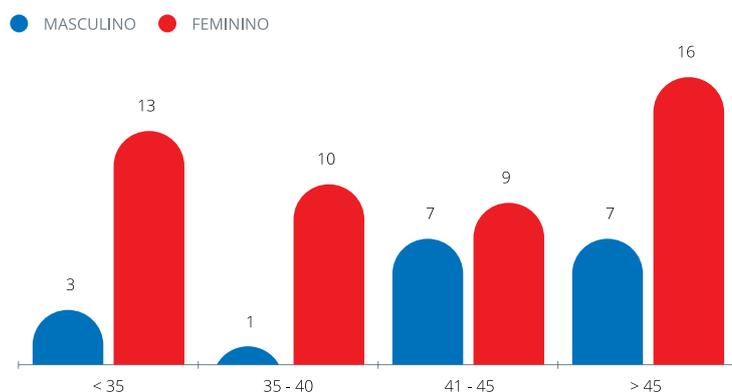
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	MILHÕES DE EUROS	
	2019	2018
Gastos com o pessoal	0,9	0,7
Fornecimentos e serviços externos	2,6	3,7
Impostos e taxas	0,1	0,1
Depreciações e amortizações do exercício	0,7	0,6
Comissões	0,2	0,2
TOTAL	4,5	5,3

Recursos humanos e formação

Na Aegon Santander Portugal, a missão é clara: ajudar os seus clientes a proteger o que lhes é mais precioso está no centro do que as equipas da Aegon Santander fazem. Este compromisso para com os clientes e alinhamento com a estratégia de negócio definida pelos Acionistas, contribuem de forma decisiva para o forte desempenho financeiro obtido e exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Aegon Santander Portugal (Vida e Não Vida), conta com 66 colaboradores (incluindo Administrador Delegado).

ESTRUTURA DE COLABORADORES



Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 41 anos, sendo 73% mulheres e 27% homens.

A estratégia de recursos humanos suporta a *performance* da Companhia, dando ênfase a: (i) foco nos clientes, ligando as atividades do dia-a-dia com a missão da organização; (ii) autonomia para os colaboradores atuarem em linha com os valores da Companhia; (iii) criar um ambiente de inclusividade e diversidade onde o contributo de todos é valorizado; e (iv) investimento ativo em competências, *mind-sets* e capacidades necessárias para alcançar sucesso na era digital.

A Companhia mantém igualmente o seu compromisso com os seus colaboradores, no que respeita ao desenvolvimento das suas carreiras e competências. Desenvolver novos líderes com foco na agilidade e execução e uma equipa globalmente capacitada para continuar a entregar crescimento contínuo para a Aegon Santander são prioridades dentro da organização.

Procuramos criar uma cultura que visa atrair e reter os melhores talentos e é com satisfação que vemos a Aegon Santander Portugal, pelo quarto ano consecutivo, integrar o grupo das 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal (estudo anual elaborado pela revista Exame em parceria com a consultora Everis e a AESE Business School).

Capital Próprio e Solvência

No final do ano de 2019, o Capital Próprio da Companhia encontrava-se nos 21,8 milhões de Euros (2018: 16,6 milhões de Euros), o que representa um acréscimo de 5,2 milhões de Euros face ao ano transato. Esta evolução é essencialmente explicada pelo resultado líquido alcançado no exercício.

No que se refere aos requisitos de capital, a Companhia privilegia a manutenção de rácios de solvência robustos, por forma a permanecer numa situação financeira estável. A gestão do nível de solvência é efetuada numa base trimestral, atendendo tanto às alterações do seu perfil de risco como das condicionantes económicas. Tendo por base o regime Solvência II, definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia respondeu aos seus requisitos durante o ano de 2019.

Como tal, é entendimento do Conselho de Administração, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2019, tendo por base a sua informação financeira e regulatória disponível. O rácio de solvência será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2020.

01.05

Perspetivas para 2020

No ano de 2019, a Companhia cumpriu o seu quinto exercício de atividade operacional, implementando-se no mercado segurador nacional como uma marca forte. O foco nos clientes, a oferta de produtos inovadora e adaptada às suas necessidades de proteção e a reconhecida qualidade de serviço, são fatores que estão na origem do crescimento face ao ano anterior.

Os objetivos para 2020 focam-se em dar continuidade à estratégia comercial definida, continuando a apostar nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda. Nesta base, a experiência de cliente, terá o nosso foco, através da simplificação das *customer journeys*, digitalização e automatização.

Iremos continuar a simplificar os processos e modelo operacional, investindo para melhorar a nossa agilidade e eficiência, de modo a podermos-nos focar naquilo que fazemos melhor e que produz maiores resultados.

O ano de 2020 ficará igualmente marcado pela consolidação da exploração da atividade incorporada em 2019, correspondente apólices de seguro vida risco comercializadas pela Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. (atualmente fusionada com a Santander Totta Seguros), bem como pela continuidade das atividades de implementação do normativo IFRS 17, de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2022.

Adicionalmente, 2020 será um ano globalmente impactado pelo surto do novo coronavírus (Covid-19), que surgiu em dezembro na China, infetou milhares de pessoas ao redor do mundo, tendo os primeiros casos em Portugal sido identificados no início de março de 2020. A gestão e ultrapassagem desta crise será um desafio enorme para a sociedade a nível mundial.

À data deste relatório, a Companhia já ativou o seu plano de contingência continuando a operar e a garantir a totalidade dos serviços aos seus clientes e manter as suas responsabilidades perante todos os *stakeholders*.

Considerando a solidez financeira, gestão de riscos e planos de contingência da Companhia, e apesar da incerteza atual dos impactos totais que a Covid-19 possa gerar, é convicção do Conselho de Administração que a situação será absorvida pelo normal curso das atividades, não se esperando impactos significativos nos resultados de 2020 e futuros da Companhia.

01.06

Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido da Aegon Santander Portugal Não Vida, em 2019, é de 4.950.490 Euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 495.049 Euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 147/2015.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos pelos Acionistas, no montante de 4.455.441 Euros, que corresponde a cerca de 59% do Capital Social da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração propõe ainda a distribuição pelos Acionistas de 544.559 Euros de Resultados transitados.

Nota final

01.07

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 18 de março de 2020

O Conselho de Administração



SEGURANÇA

OTIMISMO

CRESCIMENTO

TALENTO

OTIMISMO

SEGURANÇA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

CRESCIMENTO
TALENTO
OTIMISMO
SEGURANÇ

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2019			TOTAL	2018
	NOTAS	TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA		
PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO	2 l), 5	45 200 053	-	45 200 053	36 898 742
Prémios brutos emitidos		51 141 182	-	51 141 182	42 287 940
Prémios de resseguro cedido		(5 517 656)	-	(5 517 656)	(4 017 579)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(400 819)	-	(400 819)	(1 309 625)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(22 654)	-	(22 654)	(61 994)
COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		-	-	-	-
CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO	2 l), 6	(11 970 930)	-	(11 970 930)	(10 417 590)
Montantes pagos		(9 790 009)	-	(9 790 009)	(8 885 845)
Montantes brutos		(10 237 402)	-	(10 237 402)	(9 340 089)
Parte dos resseguradores		447 393	-	447 393	454 244
Provisão para sinistros (variação)		(2 180 921)	-	(2 180 921)	(1 531 746)
Montante bruto		(1 747 589)	-	(1 747 589)	(1 947 342)
Parte dos resseguradores		(433 331)	-	(433 331)	415 596
PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO		-	-	-	-
OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)	2 l), 7	(805 805)	-	(805 805)	(758 055)
CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS	2 l), 8	(26 034 616)	-	(26 034 616)	(22 191 902)
Custos de aquisição		(22 963 417)	-	(22 963 417)	(19 230 478)
Custos de aquisição diferidos (variação)		145 211	-	145 211	529 794
Gastos administrativos		(3 348 502)	-	(3 348 502)	(4 227 095)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		132 091	-	132 091	735 877
RENDIMENTOS	2 p), 9	505 949	-	505 949	338 384
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		505 949	-	505 949	338 384
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
GASTOS FINANCEIROS	2 p), 10	(364 047)	-	(364 047)	(265 485)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(344 047)	-	(344 047)	(245 166)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(20 000)	-	(20 000)	(20 319)
GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS	2 d), 13	-	-	-	-
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
DIFERENÇAS DE CÂMBIO		-	-	-	-
GANHOS LÍQUIDOS PELA VENDA DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS		-	-	-	-
PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)		-	(13 026)	(13 026)	(9 419)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	(13 026)	(13 026)	(9 419)
OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO		(348)	-	(348)	51
OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)		-	-	-	-
OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS	2 c), 2 s), 14	-	68 431	68 431	-
GOODWILL NEGATIVO RECONHECIDO IMEDIATAMENTE EM GANHOS E PERDAS		-	-	-	-
GANHOS E PERDAS DE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS CONTABILIZADOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		-	-	-	-
GANHOS E PERDAS DE ATIVOS NÃO CORRENTES (OU GRUPOS PARA ALIENAÇÃO) CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA		-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		6 530 257	55 404	6 585 662	3 594 725
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO - IMPOSTOS CORRENTES	2 m), 20	-	-	(1 639 246)	(857 290)
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO - IMPOSTOS DIFERIDOS	2 m), 20	-	-	4 075	(23 510)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	4 950 490	2 713 925

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2019				2018
	NOTAS	VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMOTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM	2 g), 15	3 767 460	-	3 767 460	4 385 355
INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS		100	-	100	100
Valorizados ao custo		100	-	100	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
DERIVADOS DE COBERTURA		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	2 d), 16	33 677 666	-	33 677 666	21 225 778
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		33 677 666	-	33 677 666	21 225 778
Outros		-	-	-	-
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
TERRENOS E EDÍFÍCIOS		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS		-	-	-	-
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	2 b), 17	8 397 121	2 665 462	5 731 660	4 360 762
PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO	2 c), 18	257 377	-	257 377	648 838
Provisão para prémios não adquiridos		68 241	-	68 241	9 433
Provisão para sinistros		150 269	-	150 269	579 898
Provisão para participação nos resultados		38 867	-	38 867	59 507
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
ATIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO		-	-	-	-
OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES	2 d), 2 l), 19	478 221	32 742	445 479	2 295 689
Contas a receber por operações de seguro direto		455 165	32 742	422 423	334 252
Contas a receber por operações de resseguro		14 641	-	14 641	-
Contas a receber por outras operações		8 415	-	8 415	1 961 437
ATIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS	2 m), 20	-	-	-	-
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	-
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	2 s), 21	91 181	-	91 181	55 547
OUTROS ELEMENTOS DO ATIVO		29	-	29	-
ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		46 669 156	2 698 204	43 970 952	32 972 070

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.		EUROS		
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		NOTAS	2019	2018
PASSIVO				
PROVISÕES TÉCNICAS				
	2 l), 18	13 478 655	8 380 115	
Provisão para prémios não adquiridos		2 192 518	1 108 840	
Provisão para sinistros		7 642 352	5 181 253	
De acidentes de trabalho		-	-	
De outros ramos		7 642 352	5 181 253	
Provisão para participação nos resultados		-	-	
Provisão para desvios de sinistralidade		3 629 103	2 056 668	
Provisão para riscos em curso		14 682	33 354	
Provisão para envelhecimento		-	-	
Outras provisões técnicas		-	-	
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS				
Derivados de cobertura		-	-	
Passivos subordinados		-	-	
Depósitos recebidos de resseguradores		-	-	
Outros		-	-	
PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO				
OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES				
	2 l), 22	5 977 891	5 724 741	
Contas a pagar por operações de seguro direto		2 306 591	1 597 806	
Contas a pagar por operações de resseguro		1 275 630	478 769	
Contas a pagar por outras operações		2 395 670	3 648 166	
PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS				
	2 m), 20	1 667 193	1 324 501	
Passivos por impostos (e taxas) correntes		1 560 323	1 304 943	
Passivos por impostos diferidos		106 870	19 558	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
	2 s), 21	1 042 595	962 743	
Outras provisões		-	-	
Outros elementos do passivo		-	-	
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-	
TOTAL PASSIVO		22 166 334	16 392 101	
CAPITAL PRÓPRIO				
CAPITAL				
	2 h), 23	7 500 000	7 500 000	
Dividendo Antecipado		-	-	
Outros instrumentos de Capital		-	-	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO				
	2 j), 23	451 444	85 899	
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		451 444	85 899	
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-	
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-	
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-	
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-	
De diferenças de câmbio		-	-	
RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
	2 k), 23	(112 861)	(21 475)	
OUTRAS RESERVAS				
	2 i), 23	5 341 003	5 069 610	
Reserva legal		441 003	169 610	
Reserva estatutária		-	-	
Prémios de emissão		4 900 000	4 900 000	
Outras reservas		-	-	
RESULTADOS TRANSITADOS		3 674 542	1 232 009	
RESULTADO DO EXERCÍCIO		4 950 490	2 713 925	
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		21 804 618	16 579 969	
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		43 970 952	32 972 070	

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2018	7 500 000	85 899	(21 475)	5 069 610	1 232 009	2 713 925	16 579 969
Aplicação de resultados	-	-	-	271 392	2 442 532	(2 713 925)	-
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	365 545	-	-	-	-	365 545
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(91 386)	-	-	-	(91 386)
TOTAL DA VARIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	-	365 545	(91 386)	271 392	2 442 532	(2 713 925)	274 159
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	4 950 490	4 950 490
CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2019	7 500 000	451 444	(112 861)	5 341 003	3 674 542	4 950 490	21 804 618

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2017	7 500 000	121 156	(27 260)	5 069 610	1 319 344	(87 334)	13 895 516
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(87 334)	87 334	-
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(35 257)	-	-	-	-	(35 257)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	5 785	-	-	-	5 785
TOTAL DA VARIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	-	(35 257)	5 785	-	(87 334)	87 334	(29 471)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	2 713 925	2 713 925
CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2018	7 500 000	85 899	(21 475)	5 069 610	1 232 009	2 713 925	16 579 969

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

02 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	2019	2018
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4 950 490	2 713 925
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		
ATIVOS QUE RECLASSIFICAM POR RESULTADOS		
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	365 545	(35 257)
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	(91 386)	5 785
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO EXERCÍCIO	5 224 649	2 684 453

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Operações de seguro		
Prémios de seguro direto	56 293 044	32 338 539
Custos com sinistros de seguro direto	(10 754 856)	(1 828 574)
Comissões por intermediação de seguros	(19 584 539)	(10 375 724)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(4 763 482)	(2 639 534)
(Pagamentos)/recebimentos resseguro aceite	-	2 049 478
Outros fluxos de caixa		
Pagamentos a fornecedores	(3 807 531)	(2 754 299)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(7 426 501)	(2 549 207)
Outros fluxos de caixas operacionais	(773 922)	(799 475)
TOTAL	9 182 214	13 441 204

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Investimentos financeiros		
Aquisições	(14 129 248)	(10 256 731)
Vendas	-	-
Amortizações de capital	1 686 065	1 213 899
Rendimentos de títulos	518 742	392 822
Outros investimentos		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(179 887)	(153 093)
Transferência de unidade de negócio da Popular Seguros	2 304 218	(1 960 784)
TOTAL	(9 800 109)	(10 763 887)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Dividendos	-	-
TOTAL	-	-

Variação de caixa e equivalentes de caixa	(617 895)	2 677 317
Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período	4 385 355	1 708 038
Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período	3 767 460	4 385 355

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

Notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo não vida – Acidentes e doença e Incêndio e outros danos, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objeto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais, bem como os seguros pessoais (exceto o seguro de vida). No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e multiriscos habitação.

Conforme indicado na Nota 23, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 12.400.000 Euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 Euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 Euro cada, e o prêmio de emissão no montante de 4.900.000 Euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida – Acidentes pessoais, pelo montante de 500.000 Euros, bem como os respetivos ativos e passivos associados. Adicionalmente, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400.000 Euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada “Carteira Liberty”) – seguros do ramo Incêndio e outros danos.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

Em 27 de fevereiro de 2015 o Banco Santander Totta, S.A. notificou a Liberty Seguros, S.A. para efeitos de aquisição da Carteira mencionada anteriormente, sendo que esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e outros danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede e a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias.

Salienta-se ainda que estes tratados mantiveram-se em vigor até ao final do primeiro semestre de 2018, momento em que ocorreu a migração total da carteira de apólices em vigor à data para a Aegon Santander Portugal Não Vida e excluem todas as novas apólices subscritas a partir de 1 de abril de 2017, as quais são comercializadas exclusivamente pela Aegon Santander Portugal Não Vida.

Em setembro de 2019, concretizou-se a incorporação do ramo de atividade adquirido à Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. no final de 2018, composto por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetadas, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o quinto exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2020.

Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

2.

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019

- IFRS 16 (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 - 'Locações', com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 19 (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do *asset ceiling*. O impacto no *asset ceiling* é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 - 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias às normas 2015 - 2017. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 - 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Esta interpretação não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

- IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como "atuais e futuros investidores, financiadores e credores" que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Estrutura conceitual, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos "testes de concentração" para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto IBOR *reform* do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito "altamente provável"; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (*building block approach*) ou simplificado (*premium allocation approach*). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia explora os ramos de seguros não vida de Acidentes Pessoais e Incêndio e outros danos, estes são os seus únicos segmentos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo	12,50%
- Máquinas e ferramentas	20,00%
- Equipamento informático	33,33%
- Material de transporte	25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou nesta rubrica o preço de aquisição da carteira de seguros não vida transferida da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A., e ainda o custo de aquisição do direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty. Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

Empreendimentos conjuntos

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis.

Atualmente a Companhia apenas detém uma participação de 100 Euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).

Ativos financeiros detidos para negociação

Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário.

Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do Bloomberg Generic Price (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo e,
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica "Contas a receber por operações de seguro direto".

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período. O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

h) Capital social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

l) Contratos de seguro e contratos de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, ou seja, aceita um risco de seguro significativo de outra parte, mediante a aceitação de um valor (prémio), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

O PCES define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como rendimentos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, da ASF, calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro rata temporis* a partir dos prémios comerciais deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto e resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rentabilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados ("IBNR") e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização. A provisão para sinistros IBNR é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão, é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Para o cálculo da provisão para sinistros IBNR, foram efetuadas estimativas atuariais, baseadas nas características específicas dos ramos e produtos comercializados pela Companhia.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada. A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face a gestão de sinistros.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e que correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de não vida.

Contas a receber e a pagar de contratos de seguro

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n)

Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós emprego

Em 8 de julho de 2016, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), a 29 de janeiro de 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 4, de 29 de janeiro de 2016. De acordo com o n.º 1 da cláusula 50.ª do ACT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo V do ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 42.ª do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

Benefícios de saúde

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" no passivo da Demonstração da posição financeira.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q) Transações em moeda estrangeira

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r) Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual introduziu alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação, a Companhia passou a ter de reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de "direito de uso".

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja a maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares.

Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2019, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos no exercício de 2019 manteve-se inalterado face a exercícios anteriores.

s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística de "provisões técnicas". As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

A principal provisão técnica nos ramos não vida é a provisão para sinistros. Pela sua natureza, as provisões para sinistros são obrigações de montante e tempestividade incerta, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm um forte impacto sobre os valores reconhecidos no balanço.

As provisões para sinistros são constituídas para cada processo de sinistro, suportadas em informação específica relativa ao sinistro ocorrido, com base no qual é determinada a melhor estimativa do montante das indemnizações e despesas que terão de vir a ser pagas. Na constituição de cada uma dessas provisões, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, que não obstante estar balizado por informação relativa a custos médios, incorpora incerteza e variabilidade. A utilização de um julgamento diferente conduziria a uma provisão diferente.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

d) Imparidade de ativos intangíveis

A Companhia efetua o teste de imparidade dos ativos intangíveis, tendo por base a estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

e) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Reporte por segmentos

4.

A Companhia opera nos ramos não vida e explora os ramos de acidentes e doença e incêndio e outros danos. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os principais valores, por segmento de negócio da Companhia, são os seguintes, em 2019 e 2018:

EUROS										
2019										
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS)	RESULTADO DA CONTA TÉCNICA	ATIVOS AFETOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	PROVISÕES TÉCNICAS
ACIDENTES E DOENÇA										
Acidentes de trabalho	39 201	38 291	(5 519)	(16 699)	(17 287)	109	-	(1 106)	82 635	35 902
Acidentes pessoais	7 545 805	7 533 204	(675 224)	(4 279 758)	(183 382)	20 938	(348)	2 415 429	2 687 368	1 167 551
Doença	218 141	152 310	(685)	(80 026)	(9 215)	605	-	62 989	119 938	52 108
INCÊNDIO E OUTROS DANOS										
Multirrisco habitação	43 326 494	43 005 466	(11 301 195)	(21 783 236)	(5 181 464)	120 219	(805 805)	4 053 986	28 088 283	12 203 199
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL										
Responsabilidade civil geral	11 542	11 093	(2 369)	(6 989)	(2 809)	32	-	(1 041)	45 793	19 895
TOTAL	51 141 182	50 740 363	(11 984 992)	(26 166 708)	(5 394 157)	141 903	(806 152)	6 530 257	31 024 018	13 478 655

EUROS										
2018										
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS)	RESULTADO DA CONTA TÉCNICA	ATIVOS AFETOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	PROVISÕES TÉCNICAS
ACIDENTES E DOENÇA										
Acidentes de trabalho	16 805	12 174	(176)	(7 003)	(26 548)	29	-	(21 524)	75 418	37 015
Acidentes pessoais	6 849 788	6 805 715	(547 219)	(4 225 153)	(201 403)	11 808	51	1 843 799	1 847 938	906 963
INCÊNDIO E OUTROS DANOS										
Multirrisco habitação	35 421 347	34 160 426	(10 740 036)	(18 695 624)	(2 245 904)	61 062	(758 055)	1 781 869	15 151 140	7 436 137
TOTAL	42 287 940	40 978 315	(11 287 431)	(22 927 779)	(2 473 855)	72 899	(758 004)	3 604 144	17 074 497	8 380 115

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
Prémios brutos emitidos	51 141 182	42 287 940
Prémios de resseguro cedido	(5 517 656)	(4 017 579)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(400 819)	(1 309 625)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(22 654)	(61 994)
PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO	45 200 053	36 898 742

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos, da variação da provisão para prémios não adquiridos e dos prémios adquiridos de seguro direto, em 2019 e 2018:

	EUROS					
	2019			2018		
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS ADQUIRIDOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS ADQUIRIDOS
ACIDENTES E DOENÇA						
Acidentes de trabalho	39 201	(910)	38 291	16 805	(4 631)	12 174
Acidentes pessoais	7 545 805	(12 601)	7 533 204	6 849 788	(44 073)	6 805 715
Doença	218 141	(65 831)	152 310	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS						
Multirriscos habitação	43 326 494	(321 028)	43 005 466	35 421 347	(1 260 921)	34 160 426
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL						
Responsabilidade civil geral	11 542	(449)	11 093	-	-	-
	51 141 182	(400 819)	50 740 363	42 287 940	(1 309 625)	40 978 315

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *pro rata temporis* a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração. Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2019 e 2018:

	2019			2018		
	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS PARTE RESSEGURO	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS PARTE RESSEGURO	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO ADQUIRIDOS
ACIDENTES E DOENÇA						
Acidentes de trabalho	24 407	115	24 522	28 249	-	28 249
Acidentes pessoais	355 763	22 077	377 840	357 965	574	358 538
Doença	27 243	(0)	27 243	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS						
Multirriscos habitação	5 104 673	462	5 105 135	3 631 366	61 420	3 692 786
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL						
Responsabilidade civil geral	5 570	-	5 570	-	-	-
	5 517 656	22 654	5 540 310	4 017 579	61 994	4 079 573

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *pro rata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos do resseguro cedido. Os prémios adquiridos do resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

Custos com sinistros líquidos de resseguro

6.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	2019			2018		
	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	LÍQUIDO	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	LÍQUIDO
MONTANTES PAGOS						
ACIDENTES E DOENÇA						
Acidentes de trabalho	4 293	(1 043)	3 250	176	-	176
Acidentes pessoais	577 510	(36 420)	541 090	550 739	(27 422)	523 317
Doença	163	-	163	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS						
Multirriscos habitação	9 550 923	(409 919)	9 141 004	8 377 557	(426 823)	7 950 734
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL						
Responsabilidade civil geral	23	(12)	12	-	-	-
CUSTOS DE GESTÃO IMPUTADOS (NOTA 11)						
	104 491	-	104 491	411 617	-	411 617
VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS						
ACIDENTES E DOENÇA						
Acidentes de trabalho	929	(470)	459	-	-	-
Acidentes pessoais	83 262	(67 329)	15 933	(32 092)	810	(31 282)
Doença	-	-	-	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS						
Multirriscos habitação	1 661 385	501 244	2 162 629	1 979 434	(416 406)	1 563 028
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL						
Responsabilidade civil geral	2 013	(114)	1 900	-	-	-
CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO	11 984 992	(14 062)	11 970 930	11 287 431	(869 841)	10 417 590

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2019	2018	NOTAS
RÁCIO DE SINISTRALIDADE	23,4%	26,7%	Custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite / Prémios brutos emitidos
RÁCIO DE DESPESA	51,2%	54,2%	Custos e gastos de exploração brutos / Prémios brutos emitidos
RÁCIO COMBINADO	74,6%	80,9%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
RÁCIO FINANCEIRO	0,3%	0,2%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
RÁCIO OPERACIONAL	74,2%	80,6%	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro

A rubrica de Outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para desvios de sinistralidade e provisão para riscos em curso. Ver Nota 18.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
Custos de aquisição	21 900 649	18 609 043
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	1 062 768	621 435
Custos de aquisição diferidos	(145 211)	(529 794)
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	3 348 502	4 227 095
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(132 091)	(735 877)
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO, LÍQUIDOS DE RESSEGURO	26 034 616	22 191 902

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.

Os custos de aquisição incluem o montante de 20,7 milhões de Euros (2018: 11,8 milhões de Euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia. Ver Nota 24.

Em 2018, esta rubrica inclui ainda o montante de 6 milhões de Euros relativos a comissões de resseguro aceite, atribuíveis à Liberty Seguros, S.A., no âmbito dos tratados assinados para o ramo Incêndio e outros danos. Este tratado de resseguro aceite esteve em vigor entre 24 de julho de 2015 e 30 de junho de 2018, momento em que o portfolio de apólices ressegurado foi transferido integralmente para a Aegon Santander Portugal Não Vida.

A rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro inclui o montante de 39 milhares de Euros (2018: 60 milhares de Euros) relativo a participação nos resultados. Ver Nota 18.

Rendimentos

9.

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

EUROS		
	2019	2018
DE JUROS DE ATIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR POR VIA DE GANHOS E PERDAS		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	505 949	338 384
TOTAL	505 949	338 384

Gastos financeiros

10.

A rubrica de gastos financeiros é analisada como se segue:

EUROS		
	2019	2018
DE JUROS DE ATIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR POR VIA DE GANHOS E PERDAS		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	344 047	245 166
OUTROS		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	20 000	20 319
TOTAL	364 047	265 485

Custos por natureza imputados

11.

Em 2019 e 2018, os gastos por natureza são imputados por função e por ramo como se segue:

EUROS										
	2019					2018				
	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	TOTAL	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	TOTAL
GASTOS POR FUNÇÃO E POR RAMO										
Custos com sinistros (Nota 6)	297	14 452	522	88 887	333	104 491	-	28 572	383 045	411 617
Custos de aquisição (Nota 8)	3 358	172 493	10 456	872 866	3 595	1 062 768	2 394	142 734	476 307	621 435
Custos administrativos (Nota 8)	3 604	492 723	5 896	2 844 171	2 107	3 348 502	2 072	844 500	3 380 523	4 227 095
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	15	2 974	24	16 983	3	20 000	12	4 711	15 597	20 319
TOTAL	7 274	682 643	16 898	3 822 907	6 038	4 535 760	4 477	1 020 518	4 255 472	5 280 467

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	EUROS	
	2019	2018
GASTOS POR NATUREZA		
Gastos com o pessoal	904 653	711 237
Fornecimentos e serviços externos	2 607 558	3 730 703
Impostos e taxas	123 841	71 579
Depreciações e amortizações do exercício	680 525	605 347
Comissões	219 184	161 600
TOTAL	4 535 760	5 280 467

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2019	2018
REMUNERAÇÕES		
Dos órgãos sociais	99 227	89 986
Do pessoal	644 771	487 037
Encargos sobre remunerações	130 813	97 955
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	10 838	5 161
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	7 198	3 114
Seguros	4 683	20 428
Outros gastos com pessoal	7 123	7 556
TOTAL	904 653	711 237

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	EUROS	
	2019	2018
REMUNERAÇÕES		
Conselho Fiscal		
Presidente	11 460	11 460
Vogal	7 800	7 800
Vogal	7 800	7 800
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	40 612	40 037
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis (**)	31 555	22 889
TOTAL	99 227	89 986

(*) inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos

(**) apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. tem ao seu serviço os colaboradores, distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro a seguir apresentado:

	2019	2018
Diretor	5	5
Coordenador operacional	2	2
Operacional	30	22
Técnico	26	10
Estagiário	2	2
TOTAL	65	41

O reforço das estruturas das duas Companhias Aegon Santander Portugal em 2019, reflete essencialmente a incorporação dos ramos de atividade adquiridos à Santander Totta Seguros, S.A. e Popular Seguros S.A. constituídos por carteiras de apólices de seguros de vida e não vida, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores. Ver Nota 17.

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
Material de escritório	1 403	9 675
Comunicação	92 151	73 105
Deslocações e estadas	4 117	2 037
Trabalhos especializados	2 507 133	2 710 079
Custos de gestão de resseguro	-	905 030
Outros fornecimentos e serviços	2 754	30 778
TOTAL	2 607 558	3 730 703

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 54 milhares de Euros (2018: 50 milhares de Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia [no montante de 40 milhares de Euros (2018: 36 milhares de Euros)] e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial [no montante de 14 milhares de Euros (2018: 14 milhares de Euros)].

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,1 milhões de Euros, relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2018: 1,6 milhões de Euros).

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico no montante de 684 milhares de Euros (2018: 634 milhares de Euros), (ver Nota 24), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

A rubrica de custos de gestão de resseguro corresponde a gastos administrativos incorridos na gestão do tratado de resseguro do ramo Incêndio e outros danos, assegurada pela Liberty Seguros, S.A., até 30 de junho de 2018.

As depreciações e amortizações do exercício ascenderam a 681 milhares de Euros (2018: 605 milhares de Euros) e referem-se exclusivamente a Ativos intangíveis. Ver Nota 17.

Benefícios a empregados

12.

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE n.º4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2019 ascendeu a 11 milhares de Euros (2018: 5 milhares de Euros).

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42.ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2019 ascendeu a 7 milhares de Euros (2018: 3 milhares de Euros).

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda correspondem a valias obtidas na alienação de títulos. Em 2019 e 2018, não foram realizadas operações de vendas de ativos financeiros.

14. Outros rendimentos/gastos

O montante registado em 31 de dezembro de 2019 na rubrica de Outros rendimentos/gastos corresponde essencialmente a proveitos relativos à prestação de serviços administrativos à Popular Seguros, S.A. Ver Nota 24.

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
Caixa e seus equivalentes	-	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	3 767 460	4 385 355
TOTAL	3 767 460	4 385 355

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

Ativos disponíveis para venda

16.

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

	EUROS					
	CUSTO AMORTIZADO	VARIACÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	9 766 565	271 083	(2 766)	10 034 883	110 348	10 145 230
De outros emissores	23 156 189	273 654	(90 527)	23 339 317	193 119	23 532 436
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	32 922 755	544 737	(93 293)	33 374 199	303 467	33 677 666

	EUROS					
	CUSTO AMORTIZADO	VARIACÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	8 392 305	113 456	(24 379)	8 481 382	90 545	8 571 927
De outros emissores	12 547 511	51 575	(54 753)	12 544 333	109 517	12 653 851
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	20 939 816	165 031	(79 132)	21 025 715	200 063	21 225 778

Outros ativos intangíveis

17.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4 400 000	4 400 000
Transferencia da carteira de acidentes pessoais	500 000	500 000
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 871 535	-
Despesas com aplicações informáticas	1 625 586	1 445 699
	8 397 121	6 345 699
Amortizações acumuladas	(2 665 462)	(1 984 936)
TOTAL	5 731 660	4 360 762

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2019 e 2018 são analisados como se segue:

	EUROS			
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos intangíveis				
Direito de aquisição da Carteira Liberty	3 493 122	-	(242 418)	3 250 704
Transferencia da carteira de acidentes pessoais	120 553	-	(39 714)	80 839
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	-	1 871 535	(61 213)	1 810 322
Despesas com aplicações informáticas	747 088	179 887	(337 181)	589 794
Software em curso de desenvolvimento	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4 360 762	2 051 423	(680 525)	5 731 660

	EUROS			
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIACÕES	VALOR DE BALANÇO
Outros ativos intangíveis				
Direito de aquisição da Carteira Liberty	3 745 640	-	(252 518)	3 493 122
Transferencia da carteira não vida	176 688	-	(56 135)	120 553
Despesas com aplicações informáticas	713 481	330 300	(296 694)	747 088
Software em curso de desenvolvimento	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	4 635 810	330 300	(605 347)	4 360 762

O saldo da rubrica 'Direito de aquisição da Carteira Liberty' corresponde ao preço acordado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a Companhia para a aquisição por esta do direito de opção de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty (Ver Nota 1).

O saldo da rubrica 'Transferência da carteira não vida' corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros não vida anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método do desconto dos dividendos futuros, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

No final de 2018, a Companhia celebrou com a Popular Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriu um ramo de atividade constituído por uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, pelo montante total de 2,0 milhões de Euros. Para efeitos de definição do preço de transferência, foi utilizado o método *cash flows* futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%. Os *cash flows* futuros foram projetados até ao término de cada apólice, considerando uma taxa de anulação adequada ao *portfolio*.

O preço final acordado para a transferência foi posteriormente ajustado para 1,9 milhões de Euros, tendo em conta as cláusulas de ajustamento de preço previstas no referido contrato.

Os ativos e passivos transferidos identificados no contrato de transferência são analisados como se segue:

ATIVOS		PASSIVOS	
Provisões de resseguro cedido		Provisões de seguro direto	
Provisão para prémios não adquiridos	70 868	Provisão para prémios não adquiridos	828 071
Provisão para sinistros	3 702	Provisão para sinistros	713 509
		Provisão para desvios de sinistralidade	747 958
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	2 214 969		
TOTAL DE ATIVOS	2 289 538	TOTAL DE PASSIVOS	2 289 538

Para além dos ativos e passivos identificados no contrato de transferência a Companhia identifica ainda como um ativo intangível adquirido o *value of business acquired* (VOBA) relativo à carteira de seguros que faz parte integrante do negócio. O VOBA da referida carteira de seguros ascende a 1,9 milhões de Euros e pretende refletir o valor estimado dos benefícios económicos futuros que serão gerados pelas apólices que constituem a referida carteira.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade destes ativos. Esta análise incluiu entre outros aspetos a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiu o preço de transferência com a atual evolução das carteiras, em particular (i) comportamento de anulação dos contratos; (ii) evolução da sinistralidade; e (iii) rentabilidade efetiva da carteira. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os *cash flows* futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia. O saldo remanescente será amortizado da seguinte forma:

						EUROS
AMORTIZAÇÃO ESTIMADA	2020	2021	2022	2023	2024	APÓS
Direito de aquisição da Carteira Liberty	233 000	223 000	214 000	206 000	198 000	2 177 000
Transferencia da carteira de acidentes pessoais	28 000	20 000	15 000	11 000	8 000	-
Transferencia de unidade de negócio ex-Popular Seguros	194 000	168 000	146 000	128 000	113 000	1 061 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

Provisões técnicas de seguro direto, resseguro aceite e resseguro cedido

18.

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

							EUROS
	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	2019	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	2018	
Provisão para prémios não adquiridos	2 192 518	(68 241)	2 124 277	1 108 840	(9 433)	1 099 407	
Provisão para sinistros	7 642 352	(150 269)	7 492 083	5 181 253	(579 898)	4 601 355	
Provisão para desvios de sinistralidade	3 629 103	-	3 629 103	2 056 668	-	2 056 668	
Provisão para riscos em curso	14 682	-	14 682	33 354	-	33 354	
Provisão para participação nos resultados	-	(38 867)	(38 867)	-	(59 507)	(59 507)	
TOTAL DE PROVISÕES TÉCNICAS	13 478 655	(257 377)	13 221 278	8 380 115	(648 838)	7 731 277	

Em 2019 e 2018, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite desagregam-se como se segue:

						EUROS
	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE	PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	PROVISÕES TÉCNICAS	
ACIDENTES E DOENÇA						
Acidentes de trabalho	13 638	7 582	-	11 724	32 944	
Acidentes pessoais	321 985	845 566	-	-	1 167 551	
Doença	49 387	2 722	-	-	52 108	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS						
Multiriscos habitação	1 792 291	6 781 805	3 629 103	-	12 203 199	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL						
	15 218	4 678	-	2 958	22 853	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2 192 518	7 642 352	3 629 103	14 682	13 478 655	

	EUROS				
	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE	PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	PROVISÕES TÉCNICAS
ACIDENTES E DOENÇA					
Acidentes de trabalho	3 661	-	-	33 354	37 015
Acidentes pessoais	213 573	693 390	-	-	906 963
INCÊNDIO E OUTROS DANOS					
Multiriscos habitação	891 606	4 487 864	2 056 668	-	7 436 137
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1 108 840	5 181 253	2 056 668	33 354	8 380 115

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede ao reconhecimento de custos de aquisição diferidos, deduzindo estes encargos de aquisição à provisão para prémios não adquiridos, em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite desagregam-se como se segue:

	EUROS					
	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2019	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2018
ACIDENTES E DOENÇA						
Acidentes de trabalho	15 998	(2 361)	13 638	4 631	(970)	3 661
Acidentes pessoais	528 893	(206 908)	321 985	353 947	(140 373)	213 573
Doença	66 776	(17 389)	49 387	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS						
Multiriscos habitação	2 589 069	(796 778)	1 792 291	1 492 564	(600 959)	891 606
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL						
	17 250	(2 032)	15 218	-	-	-
PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	3 217 986	(1 025 468)	2 192 518	1 851 142	(742 302)	1 108 840

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 1,4 milhões de Euros (2018: 825 milhares de Euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

19.

Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode decompor-se como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
Contas a receber por operações de seguro direto	455 165	353 967
Contas a receber por operações de resseguro	14 641	-
Contas a receber por outras operações	8 415	1 961 437
	478 221	2 315 405
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(32 742)	(19 716)
TOTAL	445 479	2 295 689

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 418 milhares de Euros (2018: 322 milhares de Euros).

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de Contas a receber por outras operações, inclui o montante 2 milhões de euros, relativo ao adiantamento efetuado à Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A.. decorrente do acordo assinado no final de 2018 para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por apólices de seguro comercializadas esta companhia. A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Não Vida concretizou-se em 23 de setembro de 2019. Ver Nota 24.

Ativos e passivos por impostos

20.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2019 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, no entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são analisados como se segue:

EUROS						
	ATIVOS	PASSIVOS	2019	ATIVOS	PASSIVOS	2018
IMPOSTOS CORRENTES						
IRC a pagar	-	892 684	(892 684)	-	769 416	(769 416)
Retenção de imposto na fonte	-	14 565	(14 565)	-	312	(312)
IVA a pagar	-	11 060	(11 060)	-	5 760	(5 760)
Selo	-	456 372	(456 372)	-	395 946	(395 946)
ANPC	-	96 523	(96 523)	-	60 412	(60 412)
INEM	-	20 692	(20 692)	-	16 586	(16 586)
Taxa para o FAT	-	266	(266)	-	96	(96)
Taxa para a ASF	-	64 788	(64 788)	-	56 416	(56 416)
Contribuições para a Segurança Social	-	3 373	(3 373)	-	-	-
TOTAL	-	1 560 323	(1 560 323)	-	1 304 943	(1 304 943)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2019 e 2018, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados da seguinte forma:

EUROS				
	2018	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2019
ATIVOS / (PASSIVOS) POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Prejuízos fiscais	-	-	-	-
Reserva de justo valor	(21 475)	(91 386)	-	(112 861)
Diferenças temporárias	1 917	-	4 075	5 991
TOTAL	(19 558)	(91 386)	4 075	(106 870)

	EUROS			
	2017	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2018
ATIVOS / (PASSIVOS) POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Prejuízos fiscais	24 295	-	(24 295)	-
Reserva de justo valor	(27 260)	5 785	-	(21 475)
Diferenças temporárias	1 132	-	785	1 917
TOTAL	(1 833)	5 785	(23 510)	(19 558)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	6 585 662	3 594 725
Gasto de imposto nominal (26,3%)	(1 634 344)	(847 360)
Gasto de imposto efetivo	(1 635 171)	(880 801)
Taxa efetiva de imposto	24,8%	24,5%
DIFERENÇA	(828)	(33 441)
Tributação autónoma	(1 130)	(9 788)
Custos não aceites fiscalmente	(5 325)	(1 507)
Benefícios fiscais	1 553	1 364
Outros	4 075	(23 510)
DIFERENÇA	(828)	(33 441)

21. Acréscimos e diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisada como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
ATIVO		
Acréscimos de proveitos	68 463	-
Gastos diferidos	22 718	55 547
TOTAL ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	91 181	55 547
PASSIVO		
Acréscimo de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(282 077)	(189 729)
Outros acréscimos de gastos	(760 518)	(773 014)
TOTAL ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	(1 042 595)	(962 743)
TOTAL	(951 414)	(907 197)

A rubrica de Acréscimos de proveitos corresponde a proveitos relativos à prestação de serviços administrativos à Popular Seguros, S.A, cuja respetiva faturação irá ocorrer em 2020. Ver Nota 24.

A rubrica de Remunerações e respetivos encargos a liquidar inclui os montantes de 115 milhares de Euros (2018: 74 milhares de Euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 154 milhares Euros (2018: 108 milhares de Euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui essencialmente gastos de aquisição no montante de 243 milhares de Euros (2018: 138 milhares de Euros), serviços de informáticos 208 milhares de Euros (2018: 254) bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 179 milhares de Euros (2018: 227 milhares de Euros) incorridos e ainda não liquidados.

Outros credores por operações de seguros e outras operações

22.

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
Contas a pagar por operações de seguro direto	2 306 591	1 597 806
Contas a pagar por operações de resseguro	1 275 630	478 769
Contas a pagar por outras operações	2 395 670	3 648 166
TOTAL	5 977 891	5 724 741

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 2,3 milhões de Euros (2018: 1,6 milhões de Euros) a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro. Ver Nota 24.

A rubrica de Contas a pagar por outras operações, inclui ainda o montante de 1,5 milhões de Euros (2018: 2,6 milhões de Euros) a pagar ao fornecedor que presta apoio às atividades de gestão de sinistros do ramo Incêndio e outros danos. A maior parte deste saldo foi liquidado em janeiro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de Contas a pagar por outras operações, inclui ainda o montante de 731 milhares de Euros (2018: 659 milhares de Euros) a pagar à Aegon Santander Portugal Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2020. Ver Nota 24.

23. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	EUROS	
	2019	2018
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	4 950 490	2 713 925
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
TOTAL	0,66	0,36

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence aos Acionistas, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	EUROS	
	2019	2018
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA		
VARIAÇÃO DE JUSTO VALOR		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	268 317	89 077
De outros emissores	183 127	(3 178)
SALDO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR	451 444	85 899

Ver adicionalmente a Nota 16.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 20.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica de outras reservas inclui o montante de 4.900.000 Euros, correspondente ao prémio de emissão (Nota 1). Este prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela compra do direito de aquisição da Carteira Liberty, no montante de 4.400.000 Euros, acrescido do preço pago pela transferência da carteira de apólices de seguro não vida, no montante de 500.000 Euros.

24. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros Não Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Por outro lado, em 2019, o Banco Santander Totta, S.A. contratou uma apólice de seguro do ramo Incêndio e outros danos, junto da Companhia.

Em 2017, a Blue Square Re, inserida no Grupo Aegon passou a integrar o conjunto de resseguradores da Companhia, especificamente no ramo de Incêndio e outros danos. No final de 2018, a Aegon Santander Portugal Não Vida e os seus acionistas (Aegon Spain Holding e Santander Totta Seguros) assinaram um acordo para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral comercializadas pela Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Não Vida concretizar-se-á em 2019, tendo a Companhia já procedido à liquidação total deste investimento, no montante de 2 milhões de euros.

Em 2019, a Companhia celebrou um contrato com a Popular Seguros, S.A., através do qual presta serviços de gestão administrativa (entre outros: serviços de gestão financeira, gestão de sinistros e reclamações). Os proveitos relativos à prestação de serviços já efetuada em 2019, serão faturados em 2020.

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

	2019			2018		
	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)	PROVEITOS / (CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.						
Comissões de mediação	(20 672 429)	-	(2 301 522)	(11 824 474)	-	(1 585 388)
Depósitos à Ordem	-	3 767 460	-	-	4 385 355	-
Suporte tecnológico	(735 631)	-	(159 000)	(187 621)	-	(187 621)
Desenvolvimento de <i>software</i>	-	-	-	-	195 000	(195 000)
Prémios de seguro	459 160	-	-	-	-	-
Outros	(203 767)	-	(5 243)	(176 795)	-	(85 995)
BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.						
Comissões de mediação	(14 564)	-	(1 149)	(15 956)	-	(6 444)
BLUE SQUARE RE N.V.						
Resseguro cedido	(188 593)	5 031	(46 857)	(142 781)	36 049	(14 723)
SANTANDER GLOBAL TECHNOLOGY, S.L.						
Serviços informáticos	(150 228)	-	(12 519)	(25 038)	-	-
PRODUBAN SERVICIOS INFORMÁTICOS GENERALES S.L.						
Serviços informáticos	-	-	-	(125 190)	-	-
AEGON AGRUPACIÓN DE INTERÉS ECONÓMICO (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(664 842)	-	(54 016)	(633 819)	-	(319)
Suporte tecnológico	(20 000)	-	(1 667)	(480 000)	-	-
POPULA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS S.A.						
Transferência de unidade de negócio	-	-	-	-	-	1 960 784
Serviços de gestão administrativa	68 463	-	68 463	-	-	-
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	(730 589)	-	-	(658 973)
TOTAL	(22 122 431)	3 772 492	(3 244 098)	(13 611 675)	4 616 404	(773 679)

Gestão de Riscos da Atividade

25.

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos, permitindo assim à Companhia cumprir o seu principal objetivo, que passa essencialmente por acrescentar valor ao seu negócio.

Assim, a primeira linha de defesa é composta pelas unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela sua gestão numa base diária. A segunda linha de defesa integra as funções de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos riscos. Por último, a terceira linha de defesa, que tem como objetivo avaliar de forma independente a efetividade do modelo de governo, do sistema de gestão de risco e dos controlos implementados, é assegurada pela função de auditoria interna.

Neste âmbito, as principais responsabilidades atribuídas às funções mencionadas anteriormente são:

Função de gestão de risco:

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequada e fundamentada;
- Identificar, mensurar e monitorizar os riscos a que Companhia está exposta, incluindo as interligações entre eles e os riscos potenciais e emergentes;

- Promover a definição do apetite ao risco, tolerância e limites de consumo de capital e monitorizar o seu cumprimento;
- Produzir orientações para o desenvolvimento das estratégias e processos para identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte dos riscos da Companhia;
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco;
- Produzir relatórios quantitativos e qualitativos de análise de risco, internos e externos, incluindo o exercício ORSA.

Função atuarial:

- Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Função de verificação do cumprimento (*Compliance*):

- Exercer assessoria ao Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificar e avaliar o risco de incumprimento legal;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Função de auditoria interna:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;

- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Não Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

a) Risco específico de seguro

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete o facto de no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento em que estes ocorrerão.

Esta categoria de risco é composta pelo risco de prémios, reservas, descontinuidade e catastrófico. Estes riscos são geridos com base nas políticas de subscrição, tarificação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas e com o documento “Estratégia de risco e tolerância”, onde se estabelecem os limites de consumo de capital por categoria de risco.

Assim, a Política de Subscrição pretende assegurar que a Companhia mantém práticas de subscrição consistentes com o perfil de risco definido pelo Órgão de Administração, enquanto a Política de Tarificação e Desenvolvimento de Produtos contempla os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

Para tal, existem procedimentos interno definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos. Estas regras têm por base análises estatísticas efetuadas a vários indicadores da carteira, de forma a estabelecer o melhor preço possível face ao preço do risco. É também considerada a informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia. A adequação da tarifa é testada através de técnicas de projeção de *cash flows*, enquanto a rentabilidade de cada produto é monitorizada anualmente.

A Política de Provisões Técnicas tem como principal objetivo assegurar que as provisões técnicas da Companhia representam, a qualquer momento, o valor atual das responsabilidades futuras assumidas por si no decurso da sua atividade. Como tal, apresenta os controlos e regras necessárias ao processo por forma a dotar a Companhia de um nível de provisionamento adequado e suficiente.

Posto isto, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos. O nível de adequação das estimativas das responsabilidades da atividade da Companhia é revisto anualmente e caso se verifique um nível de insuficiência é imediatamente reconhecida uma provisão adicional por forma a cobrir o valor atual dos *cash flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões).

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

As principais características dos tratados de resseguro estão resumidas na tabela que se segue:

NOME DO TRATADO	TIPO DE TRATADO	RETENÇÃO	LIMITE
Acidentes pessoais telemarketing	Proporcional <i>Quota-Share</i>	70%	-
Acidentes pessoais 2015	Proporcional <i>Surplus</i>	80 000 € ⁽¹⁾	2 000 000 €
Acidentes pessoais CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	135 000 €	7 500 000 €
Acidentes de trabalho - QS	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	400 000 €
Acidentes de trabalho - XL CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	100 000 €	1 800 000 €
Acidentes de trabalho - Prot. Jurídica	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Multirriscos habitação - XL/R	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	75 000 € ⁽²⁾	1 500 000 €
Multirriscos habitação - XL CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	1 500 000 €	300 000 000 €
Multirriscos habitação Assistência	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Responsabilidade Civil	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	-
Doença Assistência	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Doença Risco Base	Proporcional <i>Quota-Share</i>	40%	-
Doenças Graves Internacional	Proporcional <i>Quota-Share</i>	30%	-
Assistência Proteção Jurídica Assistência no Repatriamento (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Proteção Pagamentos (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-

(1) por pessoa segura/sinistro

(2) por local de risco/sinistro

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro e aos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro:

CENÁRIO	EUROS	
	2019	2018
Aumento de 3% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(359 128)	(312 528)
Aumento de 5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(598 546)	(520 880)
Aumento de 3% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(781 038)	(665 757)
Aumento de 5% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(1 301 731)	(1 109 595)

b) Risco de mercado

O risco de mercado contempla os riscos decorrentes de variações adversas no valor dos ativos ou passivos relacionados com alterações nos mercados financeiros, em especial pelas variações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

Como tal, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

A Companhia definiu no âmbito do seu sistema de gestão de riscos uma Política de Investimentos. Esta política rege-se por um elevado grau de prudência, que se traduz em baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Adicionalmente, refira-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

O Comité de Risco tem como responsabilidade a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco da Companhia. Adicionalmente verifica a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitoriza a atividade relacionada com a sua gestão. Além disso, controla os níveis dos riscos de mercado com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os quadros seguintes apresentam a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

EUROS

2019	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	33 677 666	-	-	33 677 666	33 677 666
TOTAL	33 677 666	-	-	33 677 666	33 677 666

Euros

2018	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	21 189 578	-	36 200	21 225 778	21 225 778
TOTAL	21 189 578	-	36 200	21 225 778	21 225 778

A reconciliação dos ativos financeiros disponíveis para venda classificados como Nível 3, em 2019 e 2018 é apresentada nas tabelas que se seguem:

EUROS

	SALDO EM 31/12/2018	VALIAS POR RESERVAS	REEMBOLSOS	JUROS DECORRIDOS	SALDO EM 31/12/2019
Ativos financeiros disponíveis para venda	36 200	(99)	(36 065)	(36)	-

Euros

	SALDO EM 31/12/2017	VALIAS POR RESERVAS	REEMBOLSOS	JUROS DECORRIDOS	SALDO EM 31/12/2018
Ativos financeiros disponíveis para venda	251 797	(1 485)	(213 899)	(213)	36 200

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos e passivos da Companhia são valorizados em Euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco acionista

O risco acionista resulta do nível ou volatilidade dos preços de mercado de capitais. De referir que, de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

Risco imobiliário

A volatilidade dos preços do mercado imobiliário é capturada através do risco imobiliário. Como referido, a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Este risco encontra-se essencialmente nas obrigações, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Analisando os ativos da Companhia, que não detém obrigações de taxa variável, e os passivos conclui-se que o risco de taxa de juro não é materialmente relevante.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2019 e 2018:

EUROS				
	2019		2018	
	VALOR	PROPORÇÃO	VALOR	PROPORÇÃO
Obrigações de taxa fixa	33 677 666	100%	21 225 778	100%
Obrigações de taxa variável	-	0%	-	0%
TOTAL	33 677 666	100%	21 225 778	100%

O cenário que poderá implicar uma perda de valor dos ativos financeiros é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

EUROS							
2019	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	36 482 720	35 080 193	34 378 930	33 677 666	32 976 403	32 275 139	30 872 613
Impacto	2 805 053	1 402 527	701 263	-	(701 263)	(1 402 527)	(2 805 053)

EUROS							
2018	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	22 856 444	22 041 111	21 633 445	21 225 778	20 818 112	20 410 445	19 595 112
Impacto	1 630 666	815 333	407 666	-	(407 666)	(815 333)	(1 630 666)

Risco de *spread*

O risco de *spread* refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

Este risco surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas. Resulta da volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor.

Por ser um risco plenamente diversificável, a Companhia definiu limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes na Política de Investimentos por forma a reduzir a sua exposição.

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, a carteira de ativos financeiros por setores de atividade apresentava a seguinte composição:

SETOR DE ATIVIDADE	2019		2018	
	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)
Governamental	10 145 230	30,12%	8 571 927	40,38%
Financeiro	10 883 275	32,32%	7 161 807	33,74%
Comunicações	2 193 768	6,51%	1 104 750	5,20%
Asset backed securities	2 042 064	6,06%	2 064 465	9,73%
Consumo, cíclico	1 924 076	5,71%	608 645	2,87%
Consumo, não cíclico	1 480 430	4,40%	864 895	4,07%
Utilities	1 425 695	4,23%	299 403	1,41%
Multi-nacional	911 912	2,71%	-	-
Infraestrutura	852 140	2,53%	-	-
Tecnologia	909 176	2,70%	-	-
Energia	536 894	1,59%	549 886	2,59%
Materiais básicos	373 006	1,11%	-	-
TOTAL	33 677 666	100,00%	21 225 778	100,00%

c)

Risco de liquidez

O risco relativo à possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam traduz-se no risco de liquidez.

Por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos, a Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos / limites que a carteira de investimentos deve apresentar. Adicionalmente, a Companhia monitoriza regularmente as suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa, ajustando a sua posição de acordo as suas necessidades / excedentes de capital mediante a realização de investimentos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018 está apresentada no seguinte quadro:

EUROS							
2019	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURIDADE DEFINIDA	TOTAL
ATIVO							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	3 767 460	3 767 460
Ativos financeiros disponíveis para venda	209 366	673 172	5 524 803	15 799 117	11 471 208	-	33 677 666
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	445 479	-	-	-	-	-	445 479
TOTAL	654 845	673 172	5 524 803	15 799 117	11 471 208	3 767 460	37 890 605
PASSIVO							
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	2 306 591	-	-	-	-	-	2 306 591
Contas a pagar por operações de resseguro	1 275 630	-	-	-	-	-	1 275 630
Contas a pagar por outras operações	2 395 670	-	-	-	-	-	2 395 670
TOTAL	5 977 891	-	-	-	-	-	5 977 891

EUROS							
2018	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURIDADE DEFINIDA	TOTAL
ATIVO							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	4 385 355	4 385 355
Ativos financeiros disponíveis para venda	36 200	1 693 544	3 805 818	10 881 265	4 808 950	-	21 225 778
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	334 905	1 960 784	-	-	-	-	2 295 689
TOTAL	371 105	3 654 329	3 805 818	10 881 265	4 808 950	4 385 355	27 906 823
PASSIVO							
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	1 597 806	-	-	-	-	-	1 597 806
Contas a pagar por operações de resseguro	478 769	-	-	-	-	-	478 769
Contas a pagar por outras operações	3 648 166	-	-	-	-	-	3 648 166
TOTAL	5 724 741	-	-	-	-	-	5 724 741

d) Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Analisando as exposições da Companhia, verifica-se que este risco encontra-se principalmente na carteira de investimentos, empresas de resseguro e clientes. Como tal, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Assim, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings* e monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.

A exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se no quadro que se segue:

								EUROS	
2019	AAA	AA	A	BBB	BB	B	SEM RATING	TOTAL	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	3 767 460	-	-	-	-	-	3 767 460
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 891 355	5 103 655	14 767 631	10 915 024	-	-	-	-	33 677 666
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	445 479	445 479	
	2 891 355	5 103 655	18 535 091	10 915 024	-	-	445 479	37 890 605	

								EUROS	
2018	AAA	AA	A	BBB	BB	B	SEM RATING	TOTAL	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	4 385 355	-	-	-	-	-	4 385 355
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 884 200	3 855 340	8 268 974	6 217 264	-	-	-	-	21 225 778
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	2 295 689	2 295 689	
	2 884 200	3 855 340	12 654 329	6 217 264	-	-	2 295 689	27 906 822	

Os quadros seguintes apresentam o *rating* atribuído a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

RESSEGURADOR	RATING		
	S&P	MOODY'S	FITCH
AXA	AA-	Aa3	AA-
Blue Square Re N.V.	AA-	-	-
Chubb	AA	-	-
Europ Assistance	-	Baa1	A-
GenRe	AA+	Aa1	-
Hannover Re (Bermuda) Ltd.	AA-	-	-
Hannover Rück SE	AA-	-	-
InterPartner Assistance	NR	NR	NR
Mapfre Re Compañía De Reaseguros, S.A.	A+	-	A+
MunichRe	AA-	Aa3	AA
Nacional de Reaseguros, S.A.	A	-	-
Qbe Re Europe Limited	A+	A1	A+
R+V Versicherung AG	AA-	-	-
RGA International Reinsurance Company	AA-	-	-
SCOR SE	AA-	Aa3	AA-
Swiss Re Europe S.A.	AA-	Aa3	-

RESSEGURADOR	PARTICIPAÇÃO														
	APT	AP 2015	AP CAT	AT - QS	AT - XL CAT	AT - PJ	MH - XL/R	MH - XL CAT	MHA	RC	DA	DRB	DGI	A PJ AR	PP
AXA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0%
Blue Square Re N.V.	-	-	-	-	-	-	5,0%	5,0%	-	-	-	-	-	-	-
Chubb	100,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Europ Assistance	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-
GenRe	-	-	50,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hannover Re (Bermuda) Ltd.	-	-	-	-	-	-	10,0%	20,0%	-	-	-	-	-	-	-
Hannover Rück SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
InterPartner Assistance	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	100,0%	-	100,0%	-	-	-	-
Mapfre Re Compañía De Reaseguros, S.A.	-	10,0%	-	-	-	-	5,0%	5,0%	-	-	-	-	-	-	-
MunichRe	-	35,0%	-	-	-	-	13,5%	13,5%	-	-	100,0%	100,0%	-	-	-
Nacional de Reaseguros, S.A.	-	15,0%	-	-	-	-	2,0%	2,0%	-	-	-	-	-	-	-
Qbe Re Europe Limited	-	-	-	-	-	-	10,0%	5,0%	-	-	-	-	-	-	-
R+V Versicherung AG	-	-	-	100,0%	100,0%	-	14,5%	14,5%	-	50,0%	-	-	-	-	-
RGA International Reinsurance Company	-	20,0%	30,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SCOR SE	-	20,0%	-	-	-	-	10,0%	10,0%	-	-	-	-	-	-	-
Swiss Re Europe S.A.	-	-	20,0%	-	-	-	30,0%	25,0%	-	50,0%	-	-	-	-	-
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

LEGENDA

APT	ACIDENTES PESSOAIS TELEMARKETING	MHA	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO ASSISTÊNCIA
AP 2015	ACIDENTES PESSOAIS 2015	RC	RESPONSABILIDADE CIVIL
AP CAT	ACIDENTES PESSOAIS CAT	DA	DOENÇA ASSISTÊNCIA
AT - QS	ACIDENTES DE TRABALHO - QS	DRB	DOENÇA RISCO BASE
AT - XL CAT	ACIDENTES DE TRABALHO - XL CAT	DGI	DOENÇAS GRAVES INTERNACIONAL
AT - PJ	ACIDENTES DE TRABALHO - PROT. JURÍDICA	A PJ AR	ASSISTÊNCIA PROTEÇÃO JURÍDICA ASSISTÊNCIA NO REPATRIAMENTO (APÓLICES EX-POPULAR SEGUROS)
MH - XL/R	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO - XL/R	PP	PROTEÇÃO PAGAMENTOS (APÓLICES EX-POPULAR SEGUROS)
MH - XL CAT	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO - XL CAT		

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

EMITENTE	EUROS			
	2019		2018	
	VALOR DE BALANÇO	PESO	VALOR DE BALANÇO	PESO
Portugal	4 672 319	46,1%	3 129 975	36,5%
Holanda	1 871 658	18,4%	1 880 158	21,9%
Espanha	969 878	9,6%	955 907	11,2%
Polónia	813 485	8,0%	822 397	9,6%
Irlanda	710 672	7,0%	717 166	8,4%
Bélgica	701 426	6,9%	684 366	8,0%
Itália	405 791	4,0%	381 958	4,5%
	10 145 230	100,0%	8 571 927	100,0%

e)

Risco operacional

O risco operacional que resulta da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, pode ser subdividido nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

As principais medidas de mitigação do risco operacional existentes na Companhia são:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas;

- Implementação de novos mecanismos de análise da relação e fluxo de informação com entidades subcontratadas, nomeadamente no que respeita a requisitos decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a assegurar que o sistema de controlo interno apresenta um nível de robustez suficiente para minimizar a ocorrência de perdas financeiras originadas, direta ou indiretamente, pelos riscos atrás mencionados, foram definidos os responsáveis pelos diferentes processos.

Assim, a Companhia dispõe de uma ferramenta que possibilita, trimestralmente, ao responsável por cada processo reportar a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetuar a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente, a área de controlo interno analisa a informação reportada, produz relatórios e, caso se justifique emite recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

Adicionalmente, a Companhia mantém um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorram no futuro.

Por último, integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal, que engloba, entre outros, o risco que decorre da exposição da Companhia a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, a Companhia também dispõe das seguintes medidas de mitigação do risco legal:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita;
- Implementação de mecanismos de monitorização do cumprimento das regras decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de modo a mitigar riscos legais e aplicação de coimas;
- Implementação de regras decorrentes do disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros.

f) Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas em implementação que permitem mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de Advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um *Data Protection Officer* como meio de assegurar a conformidade e a proteção dos dados, com destaque para os dados de clientes, incluindo dados sensíveis.

g) Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os diferentes fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Assim, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração, por forma gerir este risco. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

26. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2018 a Companhia desenvolveu os diversos processos respeitantes ao regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2019.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2019 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2020.

Eventos subsequentes

27.

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Adicionalmente, 2020 será um ano globalmente impactado pelo surto do novo coronavírus (Covid-19), que surgiu em dezembro na China, infetou milhares de pessoas ao redor do mundo, tendo os primeiros casos em Portugal sido identificados no início de março de 2020.

Considerando a solidez financeira, gestão de riscos e planos de contingência da Companhia, e apesar da incerteza atual dos impactos totais que a Covid-19 possa gerar, é convicção do Conselho de Administração que a situação será absorvida pelo normal curso das atividades, não se esperando impactos significativos nos resultados de 2020 e futuros da Companhia.

Anexo I

EUROS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS						VALOR DE BALANÇO	
CATEGORIA	DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUÍ JUIROS DECORRIDOS)	TOTAL	
TÍTULOS NACIONAIS							
DÍVIDA PÚBLICA							
	PORTUGAL	2,2% 17/10/2022 (8912)	460 000	106,4	489 348	107,6	494 817
	PORTUGAL	2,875% 15/10/2025 (9437)	400 000	114,0	455 832	116,7	466 763
	PORTUGAL	2,875% 21/07/2026 (8653)	500 000	115,5	577 690	118,8	594 202
	PORTUGAL	4,125% 14/04/2027 (9441)	600 000	128,2	769 488	130,7	784 372
	PORTUGAL	4,80% 15/06/2020 (6779)	160 000	112,9	180 576	105,0	167 971
	PORTUGAL	4,95% 25/10/2023 (6756)	1 555 000	124,2	1 930 570	120,5	1 874 430
	PORTUGAL	5,65% 15/02/2024 (8210)	225 000	124,7	280 685	128,8	289 764
OUTROS EMISSORES							
	METRO DE LISBOA	4,799% 07/12/2027 (6146)	500 000	137,6	687 750	132,9	664 343
	METRO LISBOA	4,061% 04/12/2026 (9647)	150 000	127,6	191 325	125,2	187 796
TÍTULOS ESTRANGEIROS							
AÇÕES							
	PARTICIPACIONES AEGON AIE	(6820)	100	100,0	100	100,0	100
DÍVIDA PÚBLICA							
	BELGICA	0,8% 22/06/2025 (8747)	660 000	106,1	700 399	106,3	701 426
	ESPAÑA	2,75% 31/10/2024 (8339)	850 000	111,7	949 578	114,1	969 878
	HOLANDA	1,75% 15/07/2023 (8406)	1 250 000	109,1	1 364 005	109,0	1 362 263
	IRLANDA	3,4% 18/03/2024 (8746)	600 000	123,9	743 118	118,4	710 672
	ITALIA	0,65% 15/10/2023 (9181)	400 000	99,3	397 124	101,4	405 791
	PAISES BAJOS	0% 15/01/2024 (9238)	500 000	98,9	494 380	101,9	509 395
	POLONIA	3,375% 09/07/2024 (7587)	300 000	116,5	349 350	117,0	350 966
	POLONIA	3,75% 19/01/2023 (8745)	400 000	122,1	488 380	115,6	462 519
OUTROS EMISSORES							
	AMERICA MOVIL	4,75% 28/06/2022 (6708)	325 000	123,6	401 590	114,3	371 611
	ARCELOR MITTAL	2,25% 17/01/2024 (9415)	350 000	104,0	364 166	106,6	373 006
	BANCO SABADELL	1,75% 10/05/2024 (9519)	400 000	101,7	406 944	104,3	417 159
	BANK OF AMERICA	0,75% 26/07/2023 (9178)	900 000	99,8	898 020	102,4	921 832
	BMW	1,00% 29/08/2025 (9482)	500 000	102,6	512 800	104,5	522 414
	BNP	1,125% 15/01/2023 (8779)	300 000	104,0	312 084	104,4	313 136
	BNPP	1,125% 11/06/2026 (9549)	500 000	105,4	527 245	104,2	521 195
	BPCE	1% 01/04/2025 (9691)	500 000	103,1	515 305	103,6	518 028
	CAIXABANK	1,75% 24/10/2023 (9351)	500 000	99,6	497 860	104,9	524 691
	CALL - BERKSHIRE	0,75% 16/03/2023 (8978)	500 000	100,7	503 740	102,6	512 811
	CALL - BOOKING	1,80% 03/03/2027 (8628)	800 000	111,7	893 568	110,1	880 401
	CALL - CEZ AS	0,875% 02/12/2026 (9683)	200 000	99,1	198 252	99,3	198 691
	CALL - EDF	1% 13/10/2026 (9617)	500 000	105,1	525 355	104,7	523 294
	CALL - GLAXO	1,25% 21/05/2026 (9459)	600 000	104,3	625 920	107,0	642 012
	CALL - HITACHI	0,125% 29/11/2022 (9677)	150 000	99,7	149 570	99,9	149 872
	CALL - JPM	0,625% 25/01/2024 (9439)	340 000	100,2	340 612	102,4	348 045
	CALL - MERLIN	2,375% 23/05/2022 (8927)	300 000	104,9	314 661	106,3	319 031
	CALL - RCI BANQU	0,75% 26/09/2022(9132)	400 000	101,1	404 280	101,2	404 815
	CALL - RENAULT	1,00% 17/05/2023 (9338)	220 000	100,0	219 956	102,2	224 820
	CARGILL	2,50% 15/02/2023 (7924)	250 000	113,3	283 250	109,9	274 632
	COCA COLA	0% 09/03/2021 (8923)	110 000	99,5	109 456	100,3	110 352
	CORP ANDINA	1,125% 13/02/2025 (9589)	878 000	105,7	928 134	103,9	911 912
	DAIMLER	0,875% 09/04/2024 (9361)	750 000	101,7	762 953	102,9	772 027
	EDF	4,125% 25/03/2027 (9645)	300 000	128,0	383 952	129,9	389 700
	GOLDMAN SACHS	2,5% 18/10/2021 (8375)	700 000	108,6	760 193	105,2	736 501
	IBM CORP	1,25% 29/01/2027 (9646)	850 000	107,1	910 469	107,0	909 176
	JEFFERIES	1,00% 19/07/2024 (9535)	750 000	100,2	751 350	100,9	756 539
	MS	1,875% 30/03/2023 (9339)	850 000	104,5	888 174	107,1	909 958
	NAB	0,625% 10/11/2023 (9307)	1 165 000	100,1	1 165 594	102,0	1 188 569
	NAB	2,25% 06/06/2025 (9363)	900 000	110,3	992 556	113,3	1 019 697
	NATWEST	1,00% 28/05/2024 (9545)	800 000	102,0	816 376	102,4	819 511
	POPULAR	0,875% 28/09/2021 (8532)	1 000 000	99,6	995 500	102,2	1 022 367
	RABOBANK	0,25% 30/10/2026 (9688)	500 000	99,4	497 185	98,9	494 587
	RED ELECTRICA	1% 21/04/2026 (8607)	300 000	99,6	298 809	104,7	314 010
	REPSOL	3,625% 07/10/2021 (8235)	500 000	115,3	576 600	107,4	536 894
	ROCHE	6,50% 04/03/2021 (5944)	400 000	135,0	540 160	113,4	453 434
	SANTAN CO	0,875% 24/01/2022 (8982)	400 000	101,2	404 648	102,6	410 546
	SOCIETE GENERAL	1% 01/04/2022 (9147)	500 000	102,0	510 170	102,9	514 563
	TELEFONICA	4,71% 20/01/2020 (7919)	200 000	113,5	227 074	104,7	209 366
	TELENOR	2,50% 22/05/2025 (8846)	200 000	112,0	224 036	113,6	227 188
	VODAFONE	0,875% 17/11/2020 (8911)	500 000	102,1	510 650	101,0	505 201
	WELLS FARGO	0,5% 26/04/2024 (9503)	500 000	99,8	498 915	101,3	506 701

Anexo II

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

EUROS

RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2018	CUSTOS COM SINISTROS* MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO	PROVISÃO PARA SINISTROS* EM 31/12/2019	REAJUSTAMENTOS
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes pessoais	693 390	451 729	347 729	106 068
Incêndio e outros danos	4 487 864	3 427 506	1 276 571	216 214

* Sinistros ocorridos em anos anteriores



SEGURANÇA
TALENTO
CRESCIMENTO
OTIMISMO



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CRESCIMENTO

ENTO

OTIMISMO

LENTO



SEGUROS NÃO VIDA

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2019

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2019, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As onze reuniões que o Conselho Fiscal efetuou relacionadas com o acompanhamento da atividade e com as contas de 2019 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo quatro delas contado com a presença do Administrador Delegado e do Diretor Financeiro e tres delas com a presença de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018, bem como na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2019 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2019, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.



SEGUROS NÃO VIDA

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório anual de *compliance* e aos relatórios da auditoria interna.

Foi acompanhada, com especial atenção, a aquisição de uma carteira de apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral comercializadas pela Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A., a qual se concretizou no final de 2019.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, pelo que o Conselho Fiscal: (i) entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia e (ii) salienta que naquela informação se inclui a convicção do Conselho de Administração de que, atenta a solidez financeira, gestão de riscos e planos de contingência, não se esperam impactos significativos nos resultados de 2020 e futuros da Companhia que possam ser gerados pelo surto da Covid 19, não obstante a atual incerteza quanto aos efeitos totais desse surto.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, conseqüentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.



SEGUROS NÃO VIDA

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Alterações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2019;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 25 de março de 2020

O CONSELHO FISCAL

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

António Baia Engana (Vogal)

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ENT
ALENT
OTIMISM
URANÇ
CRES



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Aegon Santander Portugal Não Vida” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 43.970.952 euros e um total de capital próprio de 21.804.618 euros, incluindo um resultado líquido de 4.950.490 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 27, eventos subsequentes, das demonstrações financeiras, no respeitante às eventuais implicações do Covid19 na atividade da Companhia, é convicção do Conselho de Administração que, atendendo à solidez financeira, gestão de riscos e planos de contingência da Companhia, não se perspetivam impactos significativos nos seus resultados de 2020 e de anos futuros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1059-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 828 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros do PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Ativo intangível – Direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e carteiras de seguros de ramos reais</p> <p><u>Mensuração e divulgação relacionada com o ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais, apresentada nas notas 1, 2 c) e 17 das notas anexas às demonstrações financeiras.</u></p> <p>O ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo de incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais apresentado na demonstração da posição financeira compreende montantes de 3.251 milhares de euros e 1.891 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400 milhares de euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguros, relativos ao ramo incêndio e outros danos, correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A., ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado com a Liberty Seguros, S.A.. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, e após constituição da Aegon Santander Portugal Não Vida, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., transferiu para a Companhia uma carteira de seguros relativa às apólices de seguros do ramo acidentes pessoais, pelo montante de 500 milhares de euros.</p> <p>Subsequentemente, no final de 2018, a Companhia celebrou com a Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriria uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndios e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetos à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, o qual se</p>	<p>A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais; e • Análise da metodologia do teste desenvolvido para aferição da existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações. <p>Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras respeitantes ao ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>concretizou no final de 2019, pelo montante total de 1.872 milhares de euros.</p> <p>Os referidos montantes serão amortizados ao longo do período em que se espera que venham a ser gerados benefícios económicos para a Companhia.</p> <p>De forma a aferir sobre a recuperabilidade do valor líquido contabilístico, a Companhia analisa, anualmente, se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associados ao direito de opção de subscrição de seguros e às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à respetiva evolução da carteira e as condições atuais do mercado.</p> <p>Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	
<p>Provisão para sinistros de seguro direto</p>	
<p><u>Mensuração e divulgação relacionada com a provisão para sinistros de seguro direto apresentada nas notas 2 I), 3 e 18 das notas anexas às demonstrações financeiras.</u></p>	
<p>A provisão para sinistros de seguro direto apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 7.642 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019, representando 34% do total do passivo da Companhia a essa data.</p> <p>As responsabilidades futuras da Companhia para regularização de processos de sinistros, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Companhia e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.</p> <p>As referidas responsabilidades, pela sua natureza, são obrigações de severidade e frequência incerta, tendo por base julgamento e estimativas relativas a sinistros ocorridos, as quais pretendem mensurar a melhor estimativa do montante de indemnizações e despesas que virão a ser pagas. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto reconhecida pela Companhia não ser suficiente para fazer face a todas as responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.</p>	<p>A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros de seguro direto; • Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Companhia; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade; • Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Companhia; e • Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos nossos resultados com aqueles determinados pela Companhia.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas de seguro direto estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que

respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Aegon Santander Portugal Não Vida pela primeira vez para o triénio compreendido entre 2015 e 2017, na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015. A nossa segunda nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de março de 2018, para o triénio compreendido entre 2018 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

24 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

